

RESOLUÇÃO SEI Nº 1298467/2017 - SAS.UAC

Joinville, 29 de novembro de 2017.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei nº. 5.622 de 25 de setembro de 2006

Resolução nº 043, de 28 de novembro de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme deliberação em reunião extraordinária no dia 28 de novembro de 2017,

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social é órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e fiscalizador;

Considerando que o CMAS possui atribuições de avaliar, acompanhar e fiscalizar ações em relação à execução da Política Municipal de Assistência Social;

Considerando o parecer favorável da Comissão de Legislação, Normas e Financiamento, relativo ao Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, o qual trata-se de um instrumento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Assistência Social;

Considerando que compete ao CMAS apreciar e aprovar o Plano Municipal de Assistência Social.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social – 2018-2021 (conforme anexo);

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Este documento possui o anexo SEI Nº: 1298479.

Estefânia Rosa Basi de Souza
Presidente do CMAS

Silvia Natalia Torrecija Rodrigues
Vice-Presidente



2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Estefania Rosa Basi de Souza, Usuário Externo**, em 30/11/2017, às 08:35, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **1298467** e o código CRC **D8E3A17F**.

Rua Presidente Afonso Penna, 840 - Bairro Bucarein - CEP 89 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

17.0.076298-0

1298467v4

**PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2018 – 2021**

Joinville, novembro de 2017

SUMÁRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO	3
2- INTRODUÇÃO	8
3- DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL	9
3.1 Histórico do Município	9
3.2 Dados da População	11
3.3 População por faixa etária	12
3.4 População segundo o sexo	13
3.5 Evolução populacional de Joinville, por bairro	14
3.6 Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita	15
3.7 Uso dos lotes por bairro	16
3.8 População atendida pelo sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto (%)	17
3.9 Consumo por classe de energia elétrica - KWH	17
3.10 Programas habitacionais e unidades habitacionais de 2003 a 2016	18
3.11 Demonstrativos dos resíduos sólidos, segundo os tipos em toneladas/mês	19
3.12 Grau de escolaridade da população de Joinville	20
3.13 Taxa de analfabetismo	20
3.14 Indicadores da Saúde	21
3.15 Movimentação do mercado de trabalho em Joinville	22
3.16 Evolução do emprego	23
4 BREVE HISTÓRICO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	24
5 – OBJETIVOS	40
6 – DIRETRIZES E PRIORIDADES DELIBERADAS	40
7. AÇÕES, ESTRATÉGIAS, METAS E ESPAÇO TEMPORAL CORRESPONDENTES	41
8. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS	53
9. RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS	53
9.1 Recursos Humanos	53
9.2 Recursos Financeiros Orçados	62
10. COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS	64
11 REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA	65
12 REDE SOCIOASSISTENCIAL PRESTADORA DE SERVIÇO – COFINANCIADA PELO MUNICÍPIO	69
13 EQUIPAMENTOS DAS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS	69
14. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	72
15. APROVAÇÃO DO CMAS	72

1 – IDENTIFICAÇÃO

Plano Municipal de Assistência Social

Vigência: 2018-2021

Período de elaboração: Setembro a novembro 2017

Responsáveis pela elaboração:

Nome	Representação (CMAS, Órgão Gestor, CRAS, CREAS, Usuários, Entidades)
CLAUDIO SAMPAIO	Administração e Finanças
REGINALDO ICHIOKA PLAÇA OROSCO	Administração e Finanças
HANELORE MISFELD	Planejamento e Gestão
DEISE GOMES	Planejamento e Gestão
JACIANE GERALDO DOS SANTOS	Planejamento e Gestão
MÔNICA CRISTINA ROMMINGER	Planejamento e Gestão
ANA CLAUDIA DUARTE JORGE	Planejamento e Gestão
MÁRCIO SELL	Proteção Social Básica
RUTE BITTENCOURT	Proteção Social Especial
MIRELE APARECIDA MUNIZ PEREIRA	Proteção Social Especial
MARIO JOSÉ LEAL DE SOUZA	Acesso ao Mundo do Trabalho
LISIELEN MIRANDA GOULART	Acesso ao Mundo do Trabalho
ROSELI A. C. NABOZNY	CMAS

Nome do responsável para contato: Hanelore Misfeld

Telefone: 3802-3777

E-mail: SAS – Unid.Planej.GestãoAssistencia.Social <sas.uas@joinville.sc.gov.br>

Prefeitura Municipal do Município de Joinville/SC

Nome do Gestor Municipal (Prefeito): Udo Dohler

Nível de Gestão: Plena

Porte do Município: Grande Porte

Endereço da Prefeitura:

Rua: Avenida Hermann August Lepper

Bairro: Centro

Número: 10

CEP: 89221-000

Telefone: 47 3431-3233

E-mail: prefeito@joinville.sc.gov.br

Site: www.joinville.sc.gov.br

Nome do Órgão Gestor (Secretaria): Secretaria de Assistência Social

Nome do Gestor Municipal (Secretário/a): Vagner Ferreira de Oliveira

Endereço da Secretaria: Avenida Cel. Procópio Gomes

Bairro: Bucarein

Número: 749

CEP: 89203-300

Telefone: 47 3802-3700

E-mail: assistenciasocial@joinville.sc.gov.br

Fundo Municipal de Assistência Social

Nome do Gestor do FMAS: Vagner Ferreira de Oliveira

Lei de Criação do FMAS: Lei n. 3.233 de 05 de dezembro de 1995, alterada pela Lei n. 5.622 de 25 de setembro de 2006

CNPJ: 081847850001/01

Fontes de Recursos: (x) Federal (x) Estadual (x) Municipal

Conselho Municipal de Assistência Social

Nome do Presidente: Estefânia Rosa Basi

Nome do Vice Presidente: Silvia Natalia Torrecija Rodrigues

Secretária Executiva: Valquiria Viviane Rodrigues Backes Forster

Endereço: Rua Afonso Pena, 840

Bairro: Bucarein

CEP: 89.202-420

Telefone: (47) 3433-5975

E-mail: cmasjoinville@gmail.com

O CMAS é a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família:

(X) Sim () Não

Atualmente o Conselho Municipal de Assistência Social é a instância de controle social do Programa Bolsa Família face à extinção do Conselho Municipal do Programa Bolsa Família - CMPBF, conforme resoluções: Resolução CNAS nº 18, de 15 de julho de 2013, Resolução CMAS nº 78, de 13 de agosto de 2013 e Resolução CMPBF nº 005 de 07 de agosto de 2013.

Conselheiros governamentais e da sociedade civil

	Nome	Segmentos/Órgãos Municipais	Representação
	Titular: Ariel Vieira	Secretaria Municipal de Assistência Social (Proteção Social Básica)	Governamental
	Suplente: Letícia da Silva Britto		Governamental
	Titular: Estefânia Rosa Basi	Secretaria Municipal de Assistência Social (Proteção Social Básica)	Governamental
	Suplente: Francielle Deluca Rosa		Governamental
	Titular: Rute Bittencourt	Secretaria Municipal de Assistência Social (Proteção Social Especial)	Governamental
	Suplente: Rute Bittencourt		Governamental
	Titular: Denise Maria Vieira de Simas Santos	Secretaria Municipal de Assistência Social (Proteção Social Especial)	Governamental
	Suplente: Eliana Sanches Dutra		Governamental
	Titular: Mônica Cristina Romminger	Secretaria Municipal de Assistência Social (Gerência de Unidade de Planejamento e Gestão)	Governamental
	Suplente: Jaciane Geraldo dos Santos		Governamental
	Titular: Inelore Jansen	Secretaria Municipal de Habitação	Governamental
	Suplente: Vanessa Metz Kazeker		Governamental
N Ã O G O V E R N A M E N	Titular: Vanessa Bandeira Fiorentin	Secretaria Municipal de Saúde	Governamental
	Suplente: Daniele Krutsch		Governamental
	Titular: Josiana de Souza	Secretaria Municipal de Educação	Governamental
	Suplente: Tatiana Alessandra T. Jahn		Governamental
	Titular: Maria das Dores Neckel	Usuários ou Organizações de Usuários do SUAS	CCI – Centro de Convivência do Idoso
	Suplente: Amauri Gualberto de França		Associação Joinvilense para Integração dos Deficientes Visuais - AJIDEVI
	Titular: Sofia Maria Pinto	Usuários ou Organizações de Usuários do SUAS	CENEF
	Suplente: Jociane Ferreira Da Silva		Associação Ecos de Esperança
	Titular: Fabiana Salomão Mazzi	Trabalhadores do SUAS	Associação dos Assistentes Sociais de Joinville e Região – AASJOR
	Suplente: José Darci Machado Pereira		CCI – Centro de Convivência do Idoso (ocupando vacância no segmento)
	Titular: Mari Sandra Sattes	Trabalhadores do SUAS	Assoc. De Amigos Lar Abdon Batista
	Suplente: Marilda Salete Santos		CENEF

T A	Titular: Glauce Caroline Roeder Pires	Entidades prestadoras de serviço, de assessoramento ou de defesa de direitos.	Centro de Integração Empresa Escola - CIEE
	Suplente: Matheus Andreis Cadorin		Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville
	Titular: Maria Teresa Soares	Entidades prestadoras de serviço, de assessoramento ou de defesa de direitos.	Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social
	Suplente: Analucia Pinto Ferreira Olah		Vice-Presidente do CMAS ADIPRÓS
	Titular: Roseli A. C. Nabozny	Entidades Prestadoras de serviço, de assessoramento ou de defesa de direitos.	Associação Essência de Vida
	Suplente: Silvia Natalia Torrecija Rodrigues		Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
	Titular: Wely Maria Kovaltschuk	Entidades prestadoras de serviço, de assessoramento ou de defesa de direitos.	Associação Joinvilense para Integração dos Deficientes Visuais - AJIDEVI
	Suplente: Cleide Gasparin de Liz		Instituto Consulado da Mulher

Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social

Gabinete

Secretário

2 Diretores Executivos

Coordenadoria de Gabinete

Coordenadoria de Apoio aos Conselhos

Gerência de Administração e Finanças

Gerente

Coordenadoria de administração e manutenção

Coordenadoria de abastecimento e controle de estoque

Coordenadoria administrativo e financeiro

Coordenadoria dos convênios

Coordenadoria de informática

Coordenadoria de compras

Gerência de Planejamento e Gestão

Gerente

Coordenadoria da gestão do trabalho

Coordenadoria da vigilância socioassistencial
Coordenadoria de monitoramento e avaliação

Gerência de Proteção Social Básica

Gerente
Coordenadoria de suporte administrativo
Coordenadoria de assessoria aos CRAS
6 Coordenadorias de CRAS
Coordenadoria do serviço de referência da proteção social básica
Coordenadoria do Centro de Convivência do Idoso
Coordenadoria de segurança alimentar e nutricional
Coordenadoria do restaurante popular
Coordenadoria do programa eco cidadão
Coordenadoria de políticas para as pessoas com deficiência

Gerência de Proteção Social Especial

Gerente
Coordenadoria de suporte técnico e administrativo
Coordenadoria de assessoria à média complexidade
3 Coordenadorias de CREAS
Coordenadoria do Centro POP
Coordenadoria de assessoria à alta complexidade
Coordenadoria do serviço de acolhimento de crianças e adolescentes
Coordenadoria do acolhimento a mulheres vítimas de violência e famílias acolhedoras

Gerência de Fomento à Geração de Emprego e Renda

Gerente
Coordenadoria de suporte administrativo e manutenção
Coordenadoria do serviço de incentivo as organizações produtivas
Coordenadoria do serviço de preparação e formação profissional
Coordenadoria do serviço de intermediação de mão de obra, seguro desemprego e carteira de trabalho

2- INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS, seguindo as diretrizes da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS de 1993, é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem como função primordial a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira (NOB/05). Sua implantação tem sido realizada num amplo processo democrático que requer a afirmação da política como estatal e alicerçadora de direitos, em resposta às necessidades sociais, e estratégicas no enfrentamento das desigualdades que atingem a maioria da população.

Como política de proteção social de caráter não contributivo, a assistência social está sob o comando dos municípios com a competência de organizar e coordenar o SUAS em seu âmbito.

O Plano Municipal é um dos instrumentos que permite aos gestores e trabalhadores a adoção de práticas planejadas mediante a leitura da realidade local firmando assim o compromisso de alteração dos índices que comprometem a proteção social dos usuários e suas famílias.

Para os demais atores desta Política traduz transparência nas ações pretendidas e permite que o controle social acompanhe o desenvolvimento das mesmas.

O Plano Municipal retrata a análise coletiva de um processo que reúne o compromisso político e profissional com a ampliação do direito à assistência social no município. Para tanto, é apresentado, a partir das diretrizes dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social, das deliberações da XI Conferência Municipal de Assistência Social, das diretrizes orçamentárias (PPA, LDO e LOA), das metas ainda não atingidas do Plano Decenal e do Planejamento Estratégico (2013-2016), do Plano de Governo e de propostas advindas dos trabalhadores do SUAS para elencar as ações e metas para os próximos quatro anos.

A construção do Plano Municipal 2018-2021 foi elaborado por uma Comissão Organizadora composta por membros da SAS e do CMAS que utilizaram a seguinte metodologia:

- Organização inicial;
- Coleta de informações e construção das metas por Gerência. Cada Gerência organizou sua metodologia;
- Encaminhamento do Plano Municipal para todos trabalhadores do SUAS para alterações ou validação;
- Apresentação do Plano aos Gestores para validação;
- Encaminhamento ao CMAS para validação;
- Encaminhamento ao Estado via eletrônico (dias@sst.gov.br)

O SUAS já se consolidou no Município de Joinville e as estruturas essenciais do Sistema já foram implantadas.

3- DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

3.1 Histórico do Município

Habitualmente, remonta-se o surgimento da colônia Dona Francisca, atual cidade de Joinville ao contrato assinado em 1849 entre a Sociedade Colonizadora de Hamburgo e o príncipe e a princesa de Joinville (ele, filho do rei da França e ela, irmã do imperador D. Pedro II), mediante o qual estes cediam oito léguas quadradas à dita Sociedade, para que fossem colonizadas. Assim, oficialmente a história de Joinville começa com a chegada da primeira leva de imigrantes europeus e a "fundação" da cidade em 9 de março de 1851.

Sabe-se, no entanto, que há cerca de cinco mil anos, comunidades de caçadores e coletores já ocupavam a região, deixando vestígios (sambaquis, artefatos). Índios ainda habitavam as cercanias quando aqui chegaram os primeiros imigrantes. Por fim, no século XVIII, estabeleceram-se na região famílias de origem lusa, com seus escravos negros, vindos provavelmente da capitania de São Vicente (hoje Estado de São Paulo) e da vizinha cidade de São Francisco do Sul. Adquiriu grandes lotes de terra (sesmarias) nas regiões do Cubatão, Bucarein, Boa Vista, Itaum e aí passaram a cultivar mandioca, cana-de-açúcar, arroz, milho entre outros.

Por volta da década de 1840, uma grave crise econômica, social e política assolaram a Europa. Fugindo da miséria, do desemprego, de perseguições políticas, milhares de pessoas resolveram emigrar. Um dos destinos era a colônia Dona Francisca, para onde vieram cerca de 17.000 pessoas entre 1850 e 1888. A maioria, protestantes, agricultores, sem recursos, estimados pela propaganda, que apresentava o lugar como um verdadeiro paraíso terrestre.

A intenção da Sociedade Colonizadora, formada por banqueiros, empresários e comerciantes era, entretanto, auferir grandes lucros com a "exportação" dessa "carga humana" e estabelecer uma colônia "alemã", vinculada aos interesses comerciais alemães. O governo imperial brasileiro por sua vez incentivava a imigração visando substituir a mão-de-obra escrava por colonos "livres", ocupar os vazios demográficos e também "branquear" a população brasileira.

A indústria e o comércio, porém, começavam a se destacar: havia quatro engenhos de erva-mate, 200 moinhos, onze olarias. Exportava-se madeira, couro, louça, sapatos, móveis, cigarros e mate; importava-se ferro, artigos de porcelana e pedra, instrumentos musicais, máquinas e instrumentos agrícolas, sal, medicamentos, trigo, vinho, cerveja, carne seca e sardinha. Ainda nesse ano, Joinville é elevada à categoria de cidade (em 1866 fora elevada à vila, desmembrando-se politicamente de São Francisco do Sul).

Na década de 1880, surgem as primeiras indústrias têxteis e metalúrgicas. O mate transforma-se no principal produto de exportação da colônia Dona Francisca; o seu comércio, iniciado por industriais vindos do Paraná, deu origem às primeiras fortunas locais e consolidou o poder de uma elite luso-brasileira. Isso gerou uma tensão com a elite germânica, hegemônica até então, na luta pelo poder político local. Nesse período, Joinville já contava com inúmeras associações culturais (ginástica, tiro, canto, teatro), escola, igrejas, hospital, loja maçônica, corpo de bombeiros entre outros.

No início do século XX, uma série de fatos acelerou o desenvolvimento da cidade: é inaugurada a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, que passava por Joinville, rumo a São Francisco do Sul; surgem a energia elétrica, o primeiro automóvel, o primeiro telefone e o sistema de transporte coletivo.

Na área educacional, o professor paulista Orestes Guimarães promove a reforma no ensino em Joinville. Em 1926, a cidade tinha 46 mil habitantes. Na economia percebeu-se o fortalecimento do setor metal-mecânico; entra aqui o capital acumulado durante décadas pelos imigrantes germânicos e seus descendentes. A partir de 1938, a cidade passou a sofrer os efeitos "Campanha de Nacionalização" promovida pelo governo Vargas: a língua alemã foi proibida, as associações alemãs foram extintas, alemães e descendentes foram perseguidos e presos. Essas ações intensificaram-se ainda mais com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, acirrando os ânimos entre a população luso-brasileira e os alemães e seus descendentes, causando profundas seqüelas na sociedade local.

Entre as décadas de 50 e 80, Joinville viveu outro surto de crescimento: com o fim do conflito mundial, o Brasil deixou de receber os produtos industrializados da Europa. Isso fez com a cidade se transformasse em pouco tempo em um dos principais pólos industriais do país, recebendo por isso a denominação de "Manchester Catarinense" (referência à cidade inglesa de mesmo nome). O crescimento desordenado trouxe também problemas sociais que persistem até os dias atuais, como desemprego, miséria, criminalidade, falta de segurança pública e infra-estrutura deficitária.

Localizada na região sul do País, município pólo da microrregião Nordeste do Estado de Santa Catarina, Joinville é a maior cidade catarinense, responsável por cerca de 20% das exportações catarinenses. Em 2016, ficou na 37ª posição entre os maiores municípios exportadores do Brasil e 2º lugar no Estado. (Joinville em dados. 2017)

É também pólo industrial da região Sul, com volume de receitas geradas aos cofres públicos inferior apenas as capitais Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR). E está em 28º lugar no ranking do PIB nacional. A cidade concentra grande parte da atividade econômica na indústria com destaque para os setores metalmeccânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico. (Joinville em dados. 2017)

A diversidade étnica foi uma característica do processo colonizador em Joinville. À população luso-brasileira e negra juntaram-se, sobretudo, os germânicos (alemães, e suíços que eram maioria no início – noruegueses, austríacos, suecos, dinamarqueses, belgas e holandeses), franceses e italianos.

O crescimento da cidade em termos espaciais, em todo o tempo, está diretamente vinculado à expansão da base econômico industrial, que trouxe consigo o crescimento populacional. Baseou-se na imigração oriunda principalmente do interior de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná.

De acordo com o IBGE, na década de 50 rompeu-se o equilíbrio entre a população urbana e rural observado desde a criação da Colônia. Nesse período intensifica-se o processo de industrialização da economia local, e a partir da década de 60, a taxa de crescimento demográfico supera mais do que o dobro as taxas verificadas no estado e no país.

A divisão política e administrativa do município foi estabelecida conforme os seguintes parâmetros:

- Os limites da área urbana e rural de Joinville constam na Lei Complementar nº 470/2017, na descrição do perímetro urbano.

- Os limites do município são descritos pela Lei Estadual nº 13.993, de 20 de março de 2007, que consolida divisas dos municípios catarinenses.

Área Rural do Distrito Sede	517,40 km2
Área Rural do Distrito de Pirabeiraba	396,30 km2
Área do Perímetro Urbano	210,40 km2
Área Total do Município	1.124,10 km2

Fonte: Joinville Cidade em Dados 2017

3.2 Dados da População

População estimada - 2017	577.077 pessoas
População no último censo - 2010	515.288
Densidade demográfica - 2010	457,58 hab/km²

Fonte: IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama>

A Lei Complementar nº 54, de 18 de dezembro de 1997, e suas respectivas emendas, redefiniu os limites dos bairros de Joinville, que atualmente possui 41 bairros e duas zonas industriais:

01	Adhemar Garcia	23	Jardim Paraíso
02	América	24	Jardim Sofia
03	Anita Garibaldi	25	Jarivatuba
04	Atiradores	26	João Costa
05	Aventureiro	27	Morro do Meio
06	Boa Vista	28	Nova Brasília
07	Boehmerwald	29	Paranaguamirim
08	Bom Retiro	30	Parque Guaraní
09	Bucarein	31	Petrópolis
10	Centro	32	Pirabeiraba
11	Comasa	33	Profipo
12	Costa e Silva	34	Rio Bonito

13	Dona Francisca	35	Saguaçu
14	Espinheiros	36	Santa Catarina
15	Fátima	37	Santo Antônio
16	Floresta	38	São Marcos
17	Glória	39	Ulysses Guimarães
18	Guanabara	40	Vila Cubatão
19	Irirú	41	Vila Nova
20	Itaum	42	Zona Industrial Norte
21	Itinga	43	Zona Industrial Tupy
22	Jardim Irirú		

3.3 População por faixa etária

Faixa etária	Percentual
0 a 4 anos	6,78
5 a 9 anos	6,86
10 a 14 anos	8,19
15 a 19 anos	8,67
20 a 24 anos	9,28
25 a 29 anos	9,44
30 a 34 anos	8,82
35 a 39 anos	7,97
40 a 44 anos	7,77
45 a 49 anos	7,03
50 a 54 anos	5,81
55 a 59 anos	4,57
60 a 64 anos	3,15
65 a 69 anos	2,03
70 a 74 anos	1,53
75 a 79 anos	1,02
80 anos ou mais	1,06

Fonte: IBGE /Estimativas IPPUJ 2015

3.4 População segundo o sexo

Ano	Homens	Mulheres	Total
2000	214.735	214.869	429.604
2010	255.756	259.532	515.288
2013	271.644	275.333	546.981
2014	275.397	279.204	554.601
2015	279.204	282.947	562.151
2016	283.512	286.133	569.645

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000 e 2010 e estimativas do IBGE e Secretaria Municipal de Saúde/
Painel Pesquisas 2016

3.5 Evolução populacional de Joinville, por bairro

Nome do Bairro	Área (km²)	1980 (Hab)	1991	2000	2017	2018	2019
Adhemar Garcia	1,96	-	-	14.173	10.389	10.524	10524
América	4,54	8.455	8.873	9.877	12.613	12.777	12.944
Anita Garibaldi	3,04	6.493	6.164	7.663	9.134	9.253	9.374
Atiradores	2,81	3.102	3.951	4.400	5.600	5.673	5.747
Aventureiro	9,44	-	20.042	30.395	39.090	39.600	40.116
Boa Vista	5,36	32.410	42.876	16.598	18.630	18.873	19.119
Boehmerwald	3,14	-	-	8.326	18.166	18.403	18.643
Bom Retiro	3,91	8.085	9.462	9.479	13.185	13.357	13.531
Bucarein	2,04	5.176	4.925	5.227	6.076	6.155	6.235
Centro	1,31	4.445	3.740	4.431	5.555	5.627	5.701
Comasa	2,72	-	-	19.048	21.947	22.233	22.523
Costa e Silva	6,58	11.398	18.576	22.299	30.708	31.108	31.514
Dona Francisca	1,1	-	-	-	592	600	608
Espinheiros	2,74	-	-	6.139	9.336	9.458	9.581
Fátima	2,22	6.480	17.407	13.468	15.710	15.915	16.122
Floresta	4,99	14.529	14.109	16.990	20.140	20.403	20.669
Glória	5,37	6.200	7.311	8.213	11.563	11.714	11.867
Guanabara	2,55	8.637	10.044	9.465	12.711	12.877	13.045
Ipiriú	6,22	31.088	34.408	21.357	25.018	25.344	25.675
Itaum	3,18	22.549	31.419	11.568	15.996	16.205	16.416
Itinga	7,61	2.549	11.674	15.360	7.124	7.217	7.311
Jardim Ipiriú	3,3	-	-	19.162	25.481	25.813	26.150
Jardim Paraíso	3,22	-	-	12.685	18.801	19.046	19.295
Jardim Sofia	2,14	-	2.164	3.170	4.726	4.788	4.850
Jarivatuba	2,09	7.834	23.575	15.440	13.792	13.972	14.154
João Costa	3,41	-	-	10.475	14.064	14.247	14.433
Morro do Meio	5,43	-	3.326	7.413	11.001	11.144	11.290
Nova Brasília	7,85	7.431	11.221	11.211	14.343	14.530	14.720
Paranaguamirim	11,51	-	-	9.879	31.048	31.453	31.863
Parque Guarani	4,4	-	-	-	11.906	12.061	12.219
Petrópolis	3,04	-	-	13.064	14.969	15.164	15.362
Pirabeiraba Centro	6,09	2.493	7.655	4.008	4.646	4.707	4.768
Profipo	1,66	-	-	-	4.949	5.014	5.079
Rio Bonito	5,73	-	-	5.114	6.983	7.074	7.166
Saguaçu	4,89	10.812	11.473	11.122	14.654	14.845	15.039
Santa Catarina	5,42	7.104	11.985	11.769	6.782	6.870	6.960
Santo Antônio	2,2	3.883	3.999	4.736	7.341	7.437	7.534
São Marcos	5,46	3.436	3.621	2.477	2.996	3.035	3.075
Ulysses Guimarães	3,23	-	-	-	10.485	10.622	10.760
Vila Cubatão	0,36	-	-	1.076	1.111	1.125	1.140
Vila Nova	14,43	2.437	8.883	15.695	24.642	24.963	25.289
Zona Industrial Norte	30,07	2.541	937	1.948	3.428	3.473	3.518
Zona Industrial Tupy	1,47	-	-	52	51	52	52
Área Rural	915,47	16045	12404	14632	19626	19.882	20.141
TOTAL	1.125,70	235.612	346.224	429.604	577.077	584.602	592.225

Fonte: IBGE Censo Demográfico 1980,1991, 2000 e 2010. Estimativas IBGE e IPPUJ 2016

3.6 Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita

Renda (em SM*)	Participação %	Participação % Acumulada	Domicílios
Menos de 1/2 salário mínimo	7,47	7,47	12.026
Mais de ½ a 1 salário mínimo	23,91	31,38	38.413
De 1 a 2 Salários Mínimos	37,14	68,52	59.662
De 2 a 3 Salários Mínimos	13,86	82,38	22.269
De 3 a 5 Salários Mínimos	9,07	91,45	14.569
Mais de 5 Salários Mínimos	6,67	98,12	10.708
Sem rendimento	1,87	100	3.004
Total de domicílios	100		160.651

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – resultados preliminares do universo.

3.7 Uso dos lotes por bairro

BAIRRO	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	SERVIÇOS	BALDIO
Adhemar Garcia	2874	96	4	58	182
América	6449	755	17	589	467
Anita Garibaldi	6382	392	20	546	377
Atiradores	3961	124	21	377	193
Aventureiro	12358	603	46	366	730
Boa Vista	5668	280	36	206	383
Boehmerwald	4840	267	17	140	396
Bom Retiro	5660	182	25	159	450
Bucarein	2986	252	19	298	163
Centro	3946	1572	1	2720	64
Comasa	5884	282	9	187	155
Costa E Silva	11673	486	31	340	782
Dona Francisca	184	7	4	10	45
Espinheiros	2988	90	4	41	225
Fátima	4043	300	2	158	226
Floresta	7795	464	48	360	615
Glória	5786	359	27	337	721
Guanabara	4033	252	31	163	265
Iririú	8662	712	43	428	697
Itaum	51	312	18	240	407
Itinga	2731	72	45	56	388
Jardim Iririú	7782	321	13	184	251
Jardim Paraíso	5848	234	3	106	872
Jardim Sofia	1590	40	44	47	265
Jarivatuba	3578	130	6	73	252
João Costa	3977	139	8	64	525
Morro do Meio	3114	107	6	52	390
Nova Brasília	4453	162	32	158	744
Paranaguamirim	8844	304	4	109	1699
Parque Guarani	3476	87	7	37	429
Petrópolis	4375	136	5	73	478
Pirabeiraba	1781	181	58	164	578
Profipo	1269	60	3	28	136
Rio Bonito	1293	62	26	49	260
Saguaçu	6445	339	20	516	514
Santa Catarina	2414	78	26	87	445
Santo Antônio	5178	183	8	235	339
São Marcos	1170	28	11	60	295
Ulysses Guimarães	1823	72	2	22	485
Vila Cubatão	267	8	-	3	147
Vila Nova	8975	404	53	224	1934
Zona Industrial Norte	989	238	337	256	533
Zona Industrial Tupy	23	4	6	3	14
Total	187618	11176	1146	10329	19516

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda/ Cadastro Técnico 2017.

3.8 População atendida pelo sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto (%)

Fonte: Companhia Águas de Joinville 2017

Ano	Tipo	Residencial	Comercial	Industrial	Poder Público	Total
2010	Água	159.133	17.083	1.385	862	178.463
	Esgoto	19.883	6.229	188	323	26.623
2011	Água	164.482	17.541	1.422	759	184.204
	Esgoto	22.452	6.680	180	284	29.596
2012	Água	171.871	17.647	1.422	832	191.772
	Esgoto	25.676	6.744	170	291	32.881
2013	Água	175.080	21.431	1.620	833	198.964
	Esgoto	31.910	7.574	208	293	39.985
2014	Água	186.803	18.571	1.539	807	207.720
	Esgoto	40.931	8.059	264	304	49.558
2015	Água	192.928	16.665	1.455	851	211.899
	Esgoto	57.090	7.911	366	324	65.691
2016	Água	194.961	15.281	1.423	850	212.515
	Esgoto	58.929	6.998	350	322	66.609

3.9 Consumo por classe de energia elétrica - KWH

Ano	2010	2013	2014	2015	2016
Residencial	435.071.295	493.910.061	550.124.544	532.842.160	549.155.017,494
Industrial	1.688.935.197	1.795.062.525	1.761.241.868	1.567.833.295	1.537.550.246,31
Comercial	289.342.208	344.247.310	375.662.923	364.508.583	354.651.662,991
Rural	7.057.573	7.979.289	8.842.244	8.426.950	8.405.161,375
Poder Público	27.140.563	28.352.032	31.547.971	31.553.953	31.510.971
Iluminação Pública	31.495.820	38.517.320	40.261.970	39.865.631	42.234.596
Serviço Público	34.651.654	33.903.344	32.969.795	32.997.540	31.462.574
Próprio	578.679	765.008	607.458	715.782	641.587
Total	2.514.272.989	2.742.736.888	2.801.258.773	2.578.743.895	2.555.611.816

Fonte: Celesc: Departamento de Comercialização – DPCM/Divisão de Mercado - DVME 20

3.10 Programas habitacionais e unidades habitacionais de 2003 a 2016

PROGRAMAS	Modalidade			
	CASA	LOTE	APTO	TOTAL
Conj. Habitacional José Loureiro	632	632		
Programa Habitar Brasil BID/Rio do Ferro	210	61	-	271
Residencial Constantino Caetano	-	-	112	112
Residencial João Medeiros	-	92	-	92
Residencial Jardim das Oliveiras	-	48	48	
Conj. Hab. D. Gregório Wameling II	106	208	-	314
Conj. Residencial Canela	12	12		
Residencial Saguçu	-	-	160	160
Loteamento Jardim do Êxodo	7	22	-	29
Parque Residencial Georgia	11	8	-	19
Parque Residencial Lagoinha III	1	20	-	21
Desmembramento Júpiter	19	18	-	37
Conjunto Habitacional Ana Júlia	-	222	-	222
Residencial Alta da Colina	-	-	144	144
Residencial Ilha da Madeira	-	-	128	128
Conjunto Habitacional Severo Gomes	7	158	-	165
Residencial Ilha do Coral	-	32	32	
Celestino Cândido de Oliveira	33	-	51	84
Residencial Marquês	-	-	31	31
Residencial Le Village	-	1	51	51
Residencial Trentino I e II	-	-	784	784
Residencial Irmã Maria da Graça Braz	-	-	320	320
Residencial Luiz Bernardo Wust	-	-	280	280
Residencial Engenheira Rubia Kaiser	-	-	640	640
Residencial João Balício	-	-	100	100
Loteamento Cubatão II	60	136	-	196
Loteamento PAC Paraíso – Área 12 – etapa I	48	52	-	100
Loteamento PAC Paraíso – Área 22	48	-	-	48
Total	562	1696	2881	5072

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação- 2015

3.11 Demonstrativos dos resíduos sólidos, segundo os tipos em toneladas/mês

TIPO	2010	2013	2014	2015	2016
Coleta Domiciliar (t/mês)	9.490	10.628	10.543	11.031	10.468
Coleta de Resíduos Sólidos Especiais ¹ (t/mês)	39	99	111	154	160
Coleta de Resíduos Sólidos Especiais (solicitações atendidas/mês)	209	829	1.080	1.418	1.682
Coleta de Resíduos dos Serviços Gerais Limpeza 2 (t/mês)	781	440	889	781	903
Coleta Seletiva t/mês	567	991	974	984	874
Coleta de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (t/mês)	43	70	73	80	79
Coletas Indústrias e particulares ³ (t/mês)	1.798	601	-	-	-
Resíduos de Terceiros ⁴			338	316	359
TOTAL	12.927	13.658	14.008	14.764	14.525

Fonte:

IPPUJ1- Coleta de Resíduos Sólidos Especiais – resíduos de móveis, eletrodomésticos inservíveis e animais mortos.

2- Coleta de Resíduos dos Serviços Gerais de Limpeza – provenientes da varrição manual, capina mecanizada, limpeza mecanizada de boca de lobo e limpeza de praças.

3- Coleta de indústrias e particulares – Em 13/05/2013, a Lei Municipal Ordinária nº 7287/12, proíbe a entrada de resíduos transportados por terceiros cuja produção diária exceda 120 (cento e vinte) litros diários (conforme a Lei em vigor) no Aterro Sanitário Municipal.

4- Resíduos de Terceiros – resíduos classe II provenientes do município de Balneário Barra do Sul, resíduos de limpeza autorizados pela SEINFRA e resíduos de limpeza de cemitérios autorizados pela SEMA.

3.12 Grau de escolaridade da população de Joinville

Escolaridade	Percentual
Analfabeto	1,88
Até o ensino fundamental incompleto	32,48
Ensino Fundamental Completo	14,08
Ensino médio incompleto	10,03
Ensino médio completo	23,32
Superior incompleto	5,43
Superior Completo	4,83
Pós graduação / Mestrado/ Doutorado	1,01
Não se aplica	6,94

Fonte: Ippuj / IPC - Instituto de Pesquisa Catarinense LTDA -- Pesquisa Origem Destino, 2010. Obs.: O item "Não se aplica" corresponde às crianças de 0 a 6 anos de idade. Não foram consideradas as crianças que frequentam creches

3.13 Taxa de analfabetismo

Ano	População total no Censo	População com 15 anos ou +	Quantidade de analfabetos	Taxa de analfabetismo
2000	429.604	308.971	9.816	3,18%
2010	515.288	401.879	9.105	2,20%

Fonte: Censo 2000 e 2010 e DATASUS/SDR programa TABNET 2013. OBS.: Analfabetismo: "Percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples, no idioma que conhecem, na população total residente da mesma faixa etária, em determinado espaço geográfico, no ano considerado." Fonte: IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

3.14 Indicadores da Saúde

Nome	2012	2015	2016	MEDIDA	Observação
Esperança de vida ao nascer	78	79		anos	Projeção populacional/SINASC/SIM
Número total de nascidos vivos	7.888	8.395	8.025	un	RAG 2016
Número total de unidades básicas de atendimento em saúde	55	55	56	un	guab RAG 2016
Número total de leitos hospitalares	1.156	1.348	1.224	un	cns /datas/US/16 RAG 2016
Número total de óbitos com menos de um ano de idade		80	41	un	SIM RAG 2016
Número total de óbitos por doenças do aparelho respiratório	281	262	293	un	SIM RAG 2017
Número total de óbitos por doenças do aparelho circulatório	776	827	838	un	SIM RAG 2017
Número total de nascidos vivos cujas mães fizeram menos de 7 consultas pré-natal	2.246	2.159	2.046	un	SINASC RAG 2017
Número total de internações	10.750	10.751	12.105		SIH
Número total de consultas médicas (atenção básica – especialidade – urgências/emergências)	1.296.930	1.298.726	1.291.124		DATASUS/SAI / RAG 2012 - 2016
Número total de atendimento pronto socorro	40.510	43.552	42.131	un	SIH
Número total pacientes em lista de espera para cirurgia	-	9.082	9.377	un	Intranet/Regulação/SMS. Maio/17
Número total pacientes em lista de espera para consulta especializada	-	91.087	63.148	un	Intranet/Regulação/SMS. Maio/17
Número cobertura vacinal em Joinville	-	87,5%*	63%*	%	SINAN
Quantidade de registros de IST (infecção sexualmente transmissíveis)	-	-	1.292	un	SINAN Net/25/05/2017
Percentual da cobertura da atenção primária da população (Postos de saúde)	100%	100%	100%	un	SMS/17
Número total de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos	1.064	994	823	%	sinasc RAG 2017
Número total de crianças com baixo peso ao nascer	604	628	623	un	sinasc RAG 2017
Número total de crianças menores de 5 anos desnutridas	1.208	117	113	un	sisvan
Número total de internações de crianças residentes, de até 14 anos por causas relacionadas a possíveis agressões	89		42	un	
Número total de internações de pessoas residentes, de 60 anos ou mais, por causas relacionadas a possível agressão	0			un	
Número total de internações de mulheres residentes, de 20 a 59 anos, por causas relacionadas a possíveis agressões	1			un	
Número total de mortes por homicídio de jovens homens com idade de 15 a 29 anos	41	58	71	un	SIM / RAG 2017
Número total de óbitos por homicídio	85	118	140	un	SIM / RAG 2017
Total de mortes de ocupantes de automóveis e caminhonetes	34	32	26	un	SIM 16 Bombeiros 32 RAG 2017
Número de adultos com obesidade			6.644	um	SISVAN-WB

Fonte: IPPUJ – Secretaria de Saúde -2017

3.15 Movimentação do mercado de trabalho em Joinville

SALDO DO EMPREGO JOINVILLE,SANTA CATARINA e BRASIL									
SETORES	JOINVILLE			SANTA CATARINA			BRASIL		
	ADMITIDOS	DEMITIDOS	SALDO	ADMITIDOS		SALDO	ADMITIDOS	DEMITIDOS	SALDO
EXTRATIVA MINERAL	6	20	-14	136	127	9	2.381	2.514	-133
INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1.768	1.498	270	22.384	19.688	2.696	206.605	180.921	25.684
SERV IND UTIL PÚBLICA	63	58	5	300	290	10	4.740	5.986	-1.246
CONSTRUÇÃO CIVIL	373	506	-133	5.576	5.190	386	105.458	105.078	380
COMÉRCIO	1.509	1.364	145	18.059	15.987	2.072	292.744	277.704	15.040
SERVIÇOS	2.783	2.600	183	24.629	22.128	2.501	463.750	460.007	3.743
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	0	0	531	610	-79	3.661	4.365	-704
AGROPECUÁRIA	24	24	0	2.156	1.740	416	68.968	77.340	-8.372
IGNORADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAIS	6.526	6.070	456	73.771	65.760	8.011	1.148.307	1.113.915	34.392

FONTE: MTE-CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65 Setembro 2017

3.16 Evolução do emprego

Evolução do Emprego por Setor e Sub - setor de Atividades Econômicas JOINVILLE – SC						
SETORES	SETEMBRO/2017			ACUMULADO NO ANO		
	Admitidos	Desligados	SALDO Variação Absoluta	Admitidos	Desligados	SALDO Variação Absoluta
1.EXTRATIVA MINERAL	6	20	-14	87	85	2
2.INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1.768	1.498	270	17.346	14.982	2.364
Indústria de produtos minerais não metálicos	85	71	14	960	815	145
Indústria metalúrgica	315	254	61	3.230	2.412	818
Indústria mecânica	342	297	45	3.360	2.949	411
Indústria do material elétrico e de comunicações	68	74	-6	1.117	640	477
Indústria do material de transporte	83	75	8	702	676	26
Indústria da madeira e do mobiliário	20	16	4	208	213	-5
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	46	43	3	377	292	85
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	41	32	9	460	490	-30
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	374	264	110	3.166	2.899	267
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	244	225	19	2.406	2.189	217
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	150	147	3	1.360	1.407	-47
3.SERV INDUST DE UTIL PÚBLICA	63	58	5	505	445	60
4.CONSTRUÇÃO CIVIL	373	506	-133	4.527	4.222	305
5.COMÉRCIO	1.509	1.364	145	13.525	13.372	153
Comércio varejista	1.264	1.159	105	11.321	11.327	-6
Comércio atacadista	245	205	40	2.204	2.045	159
6.SERVIÇOS	2.783	2.600	183	26.401	23.466	2.935
Instituições de crédito, seguros e capitalização	27	34	-7	259	251	8
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico	914	844	70	8.288	7.622	666
Transportes e comunicações	255	222	33	2.054	2.020	34
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	1.206	1.149	57	11.926	10.160	1.766
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	168	147	21	1.679	1.529	150
Ensino	213	204	9	2.195	1.884	311
7.ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	0	0	2	5	-3
8.AGROPECUÁRIA	24	24	0	213	201	12
9.OUTROS/IGNORADO	0	0	0	0	1	-1
TOTAL	6.526	6.070	456	62.606	56.779	5.827
OBS. SALDO DE NOVAS VAGAS ACUMULADAS ATÉ SETEMBRO 2017, APÓS ACRÉSCIMOS DOS AJUSTES REALIZADOS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.						5948

FONTE - MTE-CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65 * Saldo da Variação Absoluta

PIB e IDH

PIB per capita [2014]	44.303,65 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	50,5 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,809

Fonte IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama>

4 BREVE HISTÓRICO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Anos de 1960 e 1970

Em julho de 1966, o Prefeito Nilson Wilson Bender cria um sistema de órgãos colegiados para prestarem assessoria nas diversas áreas. Dentre elas foi criada uma Comissão de Serviço Social, cuja função era avaliar a distribuição de recursos do Fundo Social para as entidades.

Mais tarde, essas comissões foram denominadas de Departamentos, e as ações desenvolvidas pelo Departamento de Habitação, Saúde e Assistência Social (DHSAS) eram financiadas por voluntários da Alemanha.

A crescente migração de mão de obra atraída pela evolução das indústrias e oferta de mão de obra, em 1970 um grupo de Assistentes Sociais coordenado por Rosemary Cardoso inicia os estudos sobre um projeto de atendimento infantil que previa a instalação de creches ou centros de atendimento à criança de até 10 anos de idade, com o intuito de suprir as necessidades das famílias trabalhadoras na educação de seus filhos e, em 1974 foi Implantado o Programa CERI – Centro de Educação e Recreação Infantil cujo objetivo principal era de possibilitar à mulher um ambiente adequado e seguro para complementar a educação de seus filhos, ao mesmo tempo oportuniza a conquista de uma visão mais consciente do seu papel na vida política, cultural e social da sua comunidade.

Em 1975 o Prefeito Pedro Ivo Campos promove uma reforma administrativa criando várias secretarias, entre elas a de Bem Estar Social com 3 divisões: Promoção Social, de Habitação e de Saúde.

E em 1977 o Prefeito Luiz Henrique da Silveira promove reforma administrativa e regulamenta as atribuições das divisões de Promoção Social (Serviço de Coordenação de Obras Sociais, Trabalhos Comunitários e Serviço de Emprego), Habitação (Hab. Popular e Recuperação Habitacional), Saúde (Saneamento e Atendimento Médico e Odontológico). O equipamento situava-se na Rua Cachoeira ao lado do Mercado Municipal, segundo informações de servidores que acompanharam o processo e contribuíram neste resgate histórico.

- Anos DE 1980

Em 1980 foram instituídas equipes técnicas de assessoria ao Programa CERI, iniciando com uma equipe de pedagogos e posteriormente de assistentes sociais e psicólogos que contribuíram significativamente para a efetivação da proposta filosófica do Programa.

Em 1884 foi criada a Associação de Pais, Funcionários e Amigos dos CERIs – APFA que administrava as mensalidades pagas pelas famílias utilizadas na aquisição de alimentos e materiais para o funcionamento das unidades. Essa administração que foi considerada pelos técnicos do BNDES modelo em nível nacional, pela sua eficiência na descrição de receitas e despesas, análise do custo x benefício,

gerando uma participação mais efetiva dos diversos segmentos envolvidos no Programa como: pais, funcionários, comunidade, poderes públicos municipal, estadual e federal o que contribuiu para o financiamento de 4 novas unidades do Programa.

Em 1985 a Secretaria de Bem Estar Social, com 13 unidades de CERI/CERJ e assessoria a 23 entidades sociais. Consta-se um crescimento acelerado de programas e projetos sociais.

A evolução da Política Pública da Saúde avança com a VIII Conferência de Saúde, onde as discussões direcionaram-se para uma cobertura mais universal dos serviços de saúde (ex: fim da exigência de carteira do INAMPS para se ter atendimento nos hospitais conveniados a rede pública). Em 1987 foi criado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), ainda gerido pelo INAMPS e em 1988 a criação definitiva do SUS (Sistema Único de Saúde).

Neste contexto em 1987, a Divisão de Saúde é extinta e é criada a Secretaria Municipal de Saúde.

A Secretaria de Bem Estar Social - SBES passa a ser denominada de Secretaria de Desenvolvimento Comunitário com três divisões: Desenvolvimento Comunitário, Promoção Social e Habitação.

A constituição de 1988 traz uma nova concepção para a assistência social de Política de seguridade social não contributiva, direito do cidadão e dever do Estado. "(...) como política pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal." PNAS, pg31

Após 1989 a Secretaria de Desenvolvimento Comunitário implantou e implementou 26 CERIS, 06 CERJs, Programa de Atendimento ao Idoso, Casa de Apoio ao Imigrante, Serviço de Promoção ao Trabalho, Atendimento às Gestantes, Mutirão Habitacional, Moradia Econômica, Banco de Materiais, Programa de Auxílio à Mudanças, Programa de Desafetação e Urbanização de Áreas Públicas.

A implantação do abrigo infante juvenil ocorreu em 10 de março de 1989 em imóveis alugados e somente em 18 de maio de 2010 inaugurou-se sua sede no Bairro Boehmerwaldt.

- Anos de 1990

A partir da CF/88 os Conselhos passaram a fazer parte da gestão pública enquanto instância de controle social, diretamente vinculados ao poder executivo, embora não subordinados à ele. Os conselhos têm como característica fundamental o poder de controlar e fiscalizar as ações públicas do Estado e das organizações sociais.

Em 13 de julho de 1990, a Lei n 8069, de 13 de julho de 1990 consolida o Estatuto da Criança e do Adolescente, que regulamenta os direitos da criança e adolescentes.

Em 1992 o município realizou a implantação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e dois Conselhos Tutelares. Lei nº 2.627, de 17 de janeiro de 1992, revogada pela Lei Nº 3.725 de 02 de julho de 1998.

A Divisão de Habitação passa a integrar o Núcleo de Bacias Hidrográficas, que em 09/02/1993 passa a se chamar Secretaria de Habitação.

Em 1993 se consolida a assistência social enquanto política pública no mesmo nível da saúde e previdência social através da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, sob a Lei de nº 8742 de 7 de dezembro de 1993, que estabelece normas e critérios para a organização da assistência social.

Em 1994 a Secretaria iniciou o processo de implantação dos Programas de Orientação e Apoio Sócio-Familiar e do Programa de Medidas Sócio educativas em detrimento das exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os programas iniciaram suas atividades em 1995 contando com 3 profissionais cada um.

Neste mesmo ano, comemoravam-se os 20 anos do Programa CERI e contávamos com 25 unidades atendendo 1900 crianças.

Em 1995 é criado o Conselho Municipal de Assistência Social, instituído pela Lei nº 3.233 em 05 de dezembro de 1995, alterada pela Lei nº 5.622 de 25 de setembro de 2006 é um órgão paritário, deliberativo e fiscalizador da política de assistência social.

A Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica e no ano de 1999, o Programa CERI foi transferido para Secretaria de Educação.

As ações da SAS centravam-se no fornecimento de benefícios (alimentos, roupas, leite, óculos, medicação, etc), cadastro e encaminhamentos para emprego, assessoria às entidades sociais e filantrópicas, clubes de mães e idosos entre outras.

Os profissionais desta política começaram a realizar estudos sobre a LOAS e realizaram pesquisas para traçar o perfil dos usuários da SAS e elaborar projetos de intervenção mais direcionados ao público usuário. Dos estudos realizados foram concluídos dois projetos: Projeto girassol e projeto Núcleo de Atendimento Comunitário. O primeiro foi efetivado e reformulado durante os anos e atualmente está vinculado à Coordenadoria de Incentivo às Organizações Produtivas; Já os Núcleos não foram efetivados por se tratarem de um investimento maior no que tange a recursos humanos para realizarem os atendimentos nos bairros.

- Anos 2000- 2013

Após a transição dos setores da saúde, habitação e educação infantil para suas respectivas secretarias e a promulgação da LOAS, a secretaria começou a estruturar outros e novos serviços, conforme o avanço da Política Nacional.

Período marcado pela efetivação do controle social com a implantação dos seguintes Conselhos Municipais:

Lei Municipal 4.403 de 25 de Setembro de 2001 (Alterada Lei 4.766 de 19 de maio de 2003 e 5.888 de 16 de agosto de 2007), que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

Lei nº **4.733**, de 03 de abril de 2003, que cria o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - COMDI e o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI, que passa a ter a seguinte redação: revogada pela Lei nº 6588 de 10 de dezembro de 2009;

Lei nº 4839 de 01 de outubro de 2003 institui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEAN, e cria o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - FUMSEAN, no município de Joinville;

Lei 5.133 de 17 de dezembro de 2004 institui o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e o Fundo Municipal Especial dos Direitos da Mulher alterada pela Lei 6.220 de 13 de junho de 2008.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil teve início com a constituição de uma Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação infantil através do DECRETO Nº 9904, de 22 de dezembro de 2000.

Neste período foram implantados o Programa Municipal de Apoio à Mulher em Situação de Violência através da LEI Nº 4380, de 26 de julho de 2001 e em janeiro de 2002 houve a implantação do abrigo Casa Viva Rosa para atender mulheres vítimas de violência.

A aprovação da Política Nacional de Assistência Social desencadeou o processo de reordenamento de todas ações no campo da Assistência Social visando a implantação do Sistema Único de Assistência Social.

Em 2005 os municípios realizaram a habilitação da gestão conforme o porte do município e capacidade técnico operativa para gerir o sistema.

Um dos critérios para efetivar a habilitação do município seria a instituição de CRAS no município, e já ocorriam ações intersetoriais desenvolvidas nos territórios do Bairro Aventureiro e Jardim Paraíso em equipamentos públicos, Avançamos neste sentido e em 01/10/2005 constitui-se o primeiro CRAS denominado Parque Joinville e em 01/03/2006 o Centro de Múltiplo Uso foi denominado de CRAS Jardim Paraíso.

Na sequência inauguraram-se as demais unidades de Proteção Social Básica e Especial:

- CRAS Paranaguamirim – 01/09/2007
- CRAS Morro do Meio – 11/09/2007
- CREAS Norte – 01/10/2007
- CRAS Adhemar Garcia – 14/06/2010
- Centro POP – 01/09/2010
- CREAS Bucarein – 30/06/2010
- CRAS Comasa – 01/12/2011
- CREAS Floresta – 13/03/2012

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joinville, instância deliberativa do Sistema Municipal de Assistência Social, vinculado à Secretaria de Bem-Estar Social, aprovou em 2006 a contratação de uma empresa de consultoria para subsidiar e qualificar o processo de regulação e de implantação do Sistema Único de Assistência Social no município.

O SUAS, com base na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/04) e na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), visa o aperfeiçoamento das atribuições das três esferas de governo, no que se refere à redefinição de competências, atribuições e lógica de funcionamento da gestão unificada nos

eixos da proteção social básica e especial, sob o princípio da descentralização político jurídico-administrativo e da territorialização.

Para tanto, a empresa tinha como objeto de trabalho, a revisão da Legislação pertinente ao Sistema Municipal de Assistência Social e produção de novas regulações necessárias; capacitação de gestores, técnicos e conselheiros acerca do Sistema Único de Assistência Social; elaboração e proposição de instrumentos de gestão; proposta de programa de capacitação sócio-profissional continuada para gestores, técnicos e conselheiros; documento síntese da consultoria.

Em relação à revisão da legislação, esta se iniciou com a alteração da Lei Municipal que cria o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social.

A partir deste processo de revisão e análise da rede socioassistencial, o CMAS deliberou pela suspensão temporária da inscrição das entidades neste Conselho até que as novas normativas fossem criadas.

Dessa forma, por meio da Resolução nº 066 de 27 de julho de 2006 foram estabelecidos os critérios para inscrição e funcionamento de entidades e organizações de assistência social e registro de ações, serviços, programas e projetos de entidades e organizações correlatas à política de assistência social no município de Joinville.

Para as entidades e organizações de Assistência Social, e entidades e organizações correlatas à política de assistência social inscritas neste Conselho, por meio das Resoluções nº 67 e 68/2006 foram estabelecidas regras de transição para que no prazo de um ano pudessem adequá-las às novas exigências da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e da Norma Operacional Básica relativa ao Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, bem como para que cumprissem os critérios de funcionamento estabelecidos.

Neste mesmo ano, o Conselho por meio da Resolução nº 101/2006, aprovou a regulamentação dos serviços socioassistenciais para entidades e organizações de Assistência Social e instituições correlatas no Município de Joinville, definindo assim o processo de registro e inscrição das mesmas.

Considerando que em julho de 2007 não haviam sido avaliadas todas as entidades em transição, o CMAS resolveu renovar os certificados de inscrição pelo prazo de mais um ano e aplicar um instrumento de monitoramento que pudesse verificar como estava sendo a implantação do SUAS no Município. Dessa forma optou-se em adaptar o questionário utilizado pelo MDS para monitorar os Centros de Referência de Assistência Social no país, na rede socioassistencial de Joinville.

Essa documentação foi encaminhada às entidades e analisada pela Comissão de Inscrição, Registro e Monitoramento.

Concomitante ao reordenamento desencadeado pelo CMAS, a Secretaria de Bem Estar Social também instituiu a Comissão de reordenamento das ações do órgão gestor. Tinha como principal objetivo adequar as ações da secretaria ao SUAS.

A metodologia utilizada envolveu a maioria dos servidores que se reuniam uma vez por semana em reunião geral e foram constituídos subgrupos com os seguintes eixos de estudo: Proteção social básica, proteção social especial, inclusão produtiva e geração de trabalho, benefícios eventuais, serviço de atenção socioeducativa a crianças, adolescentes e jovens, recursos humanos, controle social. As propostas iniciais

do reordenamento foram apresentadas em Seminário realizado com todos servidores da Secretaria em 17 e 18 de outubro de 2007.

No ano de 2007, através da [Lei nº 5.998 de 30 de Novembro de 2007](#), foi instituído o Programa Famílias Protetoras denominado hoje Programa Famílias Acolhedoras.

Em 2008 houve a alteração da estrutura organizacional da Secretaria de Bem Estar Social que passou a denominar-se Secretaria de Assistência social, bem como da criação e/ou alteração da nomenclatura das gerências e Coordenadorias.

- Anos 2014 á 2017

Na Gestão

- a) Implantação do módulo de Gestão de Estoque com cadastramento de todos produtos constantes, bem como suas entradas e saídas;
- b) Organização dos processos de trabalho por área: orçamentário, contabilidade e financeiro;
- c) Tramitação de processos administrativos no Sistema Eletrônico de Informação – SEI com objetivo de controle e agilidade dos processos de compras, gestão e execução dos contratos, certificação fiscal, convênios e prestações de contas;
- d) Constituição de equipe exclusiva para o processo de compras e padronização de procedimentos;
- e) Implantação do Sistema de Gestão Municipal da Assistência Social - GMAS como sistema oficial e único da assistência social no âmbito do Município de Joinville, por meio do DECRETO N° 29.454, de 31 de julho de 2017; Foram capacitados 240 trabalhadores do SUAS para operacionalização do GMAS
- f) Retomada do programa BPC na Escola;
- g) Monitoramento e capacitações para a rede socioassistencial privada (cofinanciada ou não);
- h) Construção de fluxos de referência e contrareferência da rede governamental e privada;
- i) Participação efetiva no COEGEMAS, onde o Secretário da SAS é Presidente (Mandato 2017-2019).

Na Proteção Social Básica

A implantação de equipe itinerante por meio do Programa Assistência Social Itinerante Municipal - ASSIM proporcionou acesso às populações mais distantes aos serviços prestados pela SAS. As ações são pontuais e foram executadas bimestralmente tendo como norteador os bairros mais distantes, zonas rurais e bairros com grande volume de cadastros únicos desatualizados.

O Programa ASSIM tem auxiliado também na divulgação dos serviços prestados pela SAS e demais políticas públicas como: lazer, oficinas socioeducativas e acesso a tarifa social de água (parceria com a Companhia de Águas de Joinville) durante a execução da ação e na mobilização comunitária realizada anteriormente.

Nos territórios realizamos a alteração dos espaços físicos e de localização mais centralizada dos CRAS Adventureiro e Paranaguamirim, visando melhor acesso e condições mais dignas para o atendimento à população.

A descentralização do Cadastro Único para os territórios também foi iniciada e tem garantido o

acesso mais rápido e ágil da população, apesar da grande demanda que geram filas para o atendimento.

As demandas aumentaram no CRAS Jardim Paraíso, Paranaguamirim com a chegada do empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida.

O programa habitacional do Bairro Boehmerwaldt foi um dos indicadores que impulsionou a construção e implantação do novo CRAS Parque Guarani na região, construído com recursos do Estado e está em vias de ser inaugurado.

A população que reside em territórios sem abrangência de CRAS ainda se desloca até o centro da cidade para acessar o Serviço de Referência da Proteção Social Básica e adolescentes podem acessar o Programa Eco Cidadão.

No intuito de facilitar o acesso dos usuários aos serviços socioassistenciais formou-se grupo de estudo que elaborou proposta de reordenamento dos territórios e implantação de mais 3 unidades de CRAS. A partir de 2018, todos serviços serão descentralizados, bem como, remanejamento dos trabalhadores do SUAS que atualmente prestam atendimento na sede da SAS.

Na Proteção Social Especial - Média Complexidade

Considerando o Termo de Aceite junto ao MDS, o Município empreendeu esforços para a implantação do Centro Dia para Pessoas com Deficiência. O Centro Dia foi implantado em 2014 com execução indireta. Atualmente o município mantém convênio com a entidade APAE que executa o serviço em Centro Dia, ofertando 30 vagas, as quais são referenciadas pelos CREAS.

Aspectos estruturais e de pessoal (equipe incompleta, ausência de recepção, ausência de espaço exclusivo para descanso, etc) ocasionaram o bloqueio no repasse do cofinanciamento estadual e federal e o Município cofinanciou a execução deste serviço até final do ano de 2016, quando o Estado iniciou o repasse.

O município pactuou com o governo federal a construção do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, o qual foi inaugurado no ano de 2017. Proporcionou avanços consideráveis por ser um equipamento próprio e adequado as necessidades dos serviços ofertados no Centro Pop. A localização estratégica, próximo a rodoviária, facilitou o acesso aos usuários e ampliação e diversificação das demandas.

Foi constituída uma equipe para o Serviço Especializado em Abordagem Social no ano de 2015, referenciada ao Centro Pop, a qual realiza diariamente abordagens sociais e busca ativa das pessoas em situação de rua, articulando com os demais serviços da rede socioassistencial e demais políticas públicas.

Em 2015 houve equiparação das equipes de referência dos CREAS quanto ao número de assistentes sociais e psicólogos.

Em relação aos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no ano de 2016 houve avanço significativo com a implantação de sede própria do CREAS Sul por meio de convênio com o Estado, alterando a denominação do antigo CREAS Sul Floresta, proporcionando ambiente adequado e climatizado para oferta dos serviços à população.

No ano de 2017 foram concluídos os fluxos intersetoriais entre SAS e Saúde, possibilitando importante avanço no atendimento articulado e entre as políticas públicas.

Na Proteção Social Especial - Alta Complexidade

O Programa Famílias Acolhedoras foi ampliado na perspectiva de fortalecimento nesta modalidade de acolhimento. Atualmente contamos com 20 famílias acolhedoras aptas e 24 crianças / adolescentes acolhidos. Outro avanço foi a alteração na Lei Municipal que ampliou o subsídio repassado às famílias acolhedoras de 1 salário mínimo para 1 salário mínimo e meio

O município realiza a execução direta do Abrigo Infante Juvenil com capacidade instalada de 20 crianças e adolescentes. A rede socioassistencial privada ofertou 60 vagas no Edital de Chamamento nº 01/2015 FMAS. No decorrer do período, o município firmou termo de parceria com duas entidades para oferta de 25 vagas de acolhimento de crianças e adolescentes. Atualmente o município custeia 15 vagas extras via determinação judicial.

O Serviço de Acolhimento para Idosos dispõe de 21 vagas com entidade conveniada, sendo referenciadas pelos CREAS e Centro POP. Contamos ainda, com 12 vagas por meio de processo licitatório e mais 4 vagas de caráter emergencial.

O Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias, foi cofinanciado pelo município até o ano de 2016, quando a entidade encerrou suas atividades. No ano de 2017 o município, por meio de uma ação articulada, possibilitou 18 vagas para acolhimento de pessoas em situação de rua a partir do período de inverno. Recentemente firmou-se Termo de Colaboração com entidade, para a oferta de 5 vagas na modalidade de casa de passagem.

No ano de 2016 constituiu-se a equipe técnica de referência da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

No ano de 2017 está tramitando um processo para Termo de Colaboração para execução de Residência Inclusiva no município. Atualmente contamos com 6 vagas de acolhimento em outro município.

No Acesso ao Mundo do Trabalho

O Serviço de Preparação e Formação Profissional avançou com a informatização interna dos cadastros dos usuários. Só em 2017 foram encaminhados 1130 usuários para 59 cursos. Alguns desafios ainda se colocam, como o reordenamento interno da Gerência e a articulação entre os serviços e a redução de orçamento que impactou nos lanches e vale transporte oferecidos aos usuários.

O Serviço de Incentivo às Organizações Produtivas conseguiu ampliar o quadro de profissionais e implantar a Incubadora Pública para empreendimentos, a Join.cubo, passando a atender diversos segmentos com formações em gestão de negócios e planejamento. A área de resíduos sólidos avançou com a legislação que reconhece a atividade de reciclagem no município, entretanto ainda há muito que caminhar para regularização de todas as cooperativas de reciclagem. O SIOP trabalha para desenvolver a Economia Solidária como estratégia de geração de renda, com alguns desafios a ultrapassar.

Os dois Serviços enfrentam desafios na continuidade de parcerias, devido a burocracia a ser vencida, dificuldade de atingir o público prioritário da Assistência Social e necessidade de ampliação do quadro de profissionais, com equipe multidisciplinar para atingir as demandas.

No Serviço de Intermediação de Mão de Obra, Seguro Desemprego e Carteira de Trabalho e Previdência Social avançamos com o convênio junto ao Ministério do Trabalho para realizar o cadastramento do público que busca confeccionar carteira, agilizando o atendimento e diminuindo o tempo de espera. Também avançamos no atendimento às pessoas com deficiência, com setor específico e em parceria com intérprete de libras para inclusão de surdos.

Alguns desafios ainda se colocam, como a integração com a Secretaria de Assistência Social e necessidade de renovação do convênio com o Ministério do Trabalho para manutenção do CEPAT.

Na Vigilância Socioassistencial

Acompanhando o marco normativo da Vigilância Socioassistencial, a Secretaria de Assistência Social no ano de 2013 implantou a Área de Vigilância Socioassistencial, vinculada a Gerência de Planejamento e Gestão.

A Gerência de Planejamento e Gestão conta com a Coordenadoria de Monitoramento e Avaliação, Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial e Coordenadoria de Gestão do trabalho.

A primeira tem como atividade principal o acompanhamento da rede socioassistencial privada que possui convênio com a Secretaria de Assistência Social.

Atualmente as atividades da Área de Vigilância Socioassistencial referem-se a: coordenação do processo de preenchimento do Censo SUAS, monitoramento dos Registros Mensais de Atendimento dos serviços ofertados pelo órgão gestor, acompanhamento da atualização do Cadastro Nacional do SUAS – CadSUAS, preenchimento e monitoramento do Plano de Ação e Demonstrativo Físico Financeiro do Ministério do Desenvolvimento Social no sistema SUAS/WEB, acompanhamento da operacionalização do GMAS, entre outras funções de sistematização de informações, com vistas a auxiliar o planejamento e execução das ações.

A gestão do trabalho além do atendimento dos trabalhadores as diversas demandas que eles apresentam, facilitou e intermediou o acesso á ações voltadas a educação permanente (cursos, oficinas, etc). Em 2017, os trabalhadores do SUAS participaram de encontros do CapacitaSUAS.

A implantação do sistema informatizado do cadastro do usuário da assistência social de Joinville foi efetivado em agosto de 2017. Profissionais de nível médio e superior já utilizam o mesmo para realizarem os registros das atividades diárias. As adequações, ocorrências e sugestões são monitoradas pela equipe da vigilância e equipe técnica de TI da Secretaria de Administração e Planejamento.

No Controle Social

Avanços obtidos:

- Publicação da Lei nº 7.789, de 28 de julho de 2014 que institui o Programa de Transferência de renda - “Bolsa Família” no âmbito do Município de Joinville, e institui o Conselho Municipal de Assistência Social como instância de controle social do Programa, revogando o Conselho Municipal do Programa Bolsa Família;
- Criação da Comissão específica para acompanhamento do Programa Bolsa Família;

- Realização de Audiência Pública – 2016;
- Sistematização e construção de fluxos para apreciação das movimentações financeiras do Fundo Municipal de Assistência Social com a Secretaria de Assistência social;
- Organização dos Fóruns dos Trabalhadores do Suas e Usuários – 2015;
- Elaboração de proposta de alteração da LEI Nº 5.622, de 25 de setembro de 2006, que “Cria o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências” adequando a mesma as legislações vigentes. Processo em tramitação;
- Regulamentação do Programa Socioassistencial de Habilitação e Reabilitação para Pessoa Com Deficiência e suas Famílias no âmbito da Proteção Básica;
- Regulamentação do Programa de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho;
- Regulamentação no nível municipal do Processo de Inscrição das Entidades que possuem ofertas socioassistenciais;
- Sistematização do processo de monitoramento e fiscalização da rede socioassistencial pública e privada.

Na Segurança Alimentar e Nutricional

Segurança Alimentar e Nutricional em Joinville – Informações extraídas do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- LOSAN, em Joinville foi instituída pela Lei Nº 4839 de 1º de outubro de 2003 e implementada pela Lei 7.306, de 24 de outubro de 2012, que dispõe sobre: a Política, sobre o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do município de Joinville e cria os componentes municipais do SISAN e dá outras providências.

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo desenvolvida intersetorialmente, vinculada administrativamente à Secretaria de Assistência Social e estruturando-se na Área de Segurança Alimentar e Nutricional- SAN, Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional- CAISAN e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEAN. Todos estes componentes do SISAN são fundamentais para a consolidação da Política de SAN e para a execução das ações relacionadas.

Em Junho de 2015 aconteceu a primeira Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em Joinville, contou com a presença de 172 participantes

A Regulamentação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, instituída pela Lei Orgânica Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em 24 de Outubro de 2012, aconteceu em Fevereiro de 2015 por meio da Portaria 10/2015.(Portaria 10 de 18/02/2015).

Segundo o Art. 32 da Lei 7.306 a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, componente municipal no âmbito do SISAN, tem a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública.

A prerrogativa de construção dos Planos de SAN é da CAISAN, no entanto, estrategicamente foi definido um processo de construção diferenciado, com a instituição de um Comitê Técnico composto por diversos atores da sociedade civil e não apenas o Pleno Colegiado da CAISAN.

Esta decisão foi muito significativa e determinou uma caminhada legitimada e alicerçada. Inicialmente foi realizada uma reunião Extraordinária da CAISAN de Joinville com a participação da CAISAN Estadual e do CONSEA Estadual, com orientações para a construção do Plano Municipal.

Após esta reunião e verificada a demanda de trabalho, resgatamos uma ação que a CAISAN já havia desenvolvido de levantamento de informações de cada Secretaria componente da CAISAN. Este reconhecimento das ações já realizadas serviu de base para elaboração dos diagnósticos setoriais das Políticas Públicas.

Os **Restaurantes Populares em Joinville** (Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional - EPSANs, vinculados diretamente a Secretaria de Assistência Social) estão em funcionamento desde 2008. Neste período, estes Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional EPSANs, tornaram-se referência no município por servir refeição com segurança alimentar e nutricional e custo acessível aos usuários/ cidadãos.

A Secretaria de Assistência Social repassa mensalmente por meio de Contrato de Gestão com a Associação de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville- ASANJ, recurso para complementar o valor da refeição.

A ASANJ é uma Organização Social sem fins lucrativos, desta forma todo o recurso é revertido para otimizar a qualidade da refeição servida.

Segundo dados fornecidos pela Coordenação dos Restaurantes, o restaurante Zilda Arns no bairro Adhemar Garcia atende entre 450 a 600 refeições/dia, de segunda a sexta- feira, das 11h às 14 horas. Dados relativos ao mês de Março de 2017.

O Restaurante Herbert de Souza do bairro Bucarein aberto em 2008 está com as obras de reforma e modernização concluídas, estando agora em fase de limpeza, manutenção e aquisição de equipamentos e utensílios para reabertura prevista para 24 de Abril de 2017. Este restaurante servia em média 1000 refeições dia. O restaurante popular se destaca por atender um público de diversos segmentos, dentre eles, aposentados, estudantes, trabalhadores formais e informais, pessoas em situação de vulnerabilidade social e outros, que usufruem de um cardápio nutricionalmente adequado.

Em 2006 foi realizado o **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA** via CONAB juntamente com a extinta Fundação 25 de Julho (após reforma administrativa ocorrida no início de 2017: Secretaria de Desenvolvimento Rural) e Secretaria de Assistência Social.

Em 2010 foi assinado o Convênio do município com o MDS para a realização do PAA, modalidade compra com doação simultânea que começou a ser operacionalizado em 2011.

Em 2013 o PAA Municipal muda da situação de convênio para Termo de Adesão, onde o dinheiro investido é repassado do MDS diretamente para o agricultor fornecedor.

A operacionalização do PAA em 2016 aconteceu em período muito curto de 04 de Outubro a 6 de Dezembro.

A Agricultura Urbana e Periurbana é um conceito multi dimensional que inclui a produção, transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas e pecuários.

Incentiva, entre outras ações, o desenvolvimento de hortas comunitárias. Busca cumprir um papel estratégico no abastecimento alimentar das cidades brasileiras.

O **Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**, exigiu que fossem traçadas estratégias para implementar espaços comunitários de produção (jardins produtivos) como ferramenta de exigibilidade do Direito Humano a Alimentação Adequada, voltados às famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional.

Uma das ações resultantes desse movimento foi a criação das Hortas Comunitárias através dos Centros de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana.

Atualmente, existem 6 hortas em funcionamento na cidade de Joinville onde a Secretaria de Desenvolvimento Rural presta Assistência Técnica, a mais antiga é a horta comunitária do Costa e Silva, onde a Associação de Moradores Parque Douat é responsável pelo funcionamento.

As outras Hortas são: Girassol (Aventureiro); Roseiras (Dom Gregório Warmling); Figueira (Jardim Sofia); Ipês (Bairros Paranagúamirim); Parque Douat (Bairro Costa e Silva); Juquiá (Bairro Ademar Garcia/Ulisses Guimarães). Estão implantadas em terrenos públicos e são administradas por uma Associação de Hortas Comunitárias, com exceção da Horta Costa e Silva.

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional foi aprovado pelo Decreto nº 29.882, de 16 de outubro de 2017.

Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em outubro de 2017 era de 21.982 dentre as quais:

- 5.042 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00;
- 2.666 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00;
- 7.294 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo;
- 6.980 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de novembro de 2017, 6.310 famílias, representando uma cobertura de 73,1 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 181,01 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 1.142.186,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de julho de 2017, atingiu o percentual de 94,4%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 6.441 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 6.822. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 80,3%, resultando em 981 jovens acompanhados de um total de 1.222.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de julho de 2017, atingiu 49,5 %, percentual equivale a 2.782 famílias de um total de 5.623 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Pessoas cadastradas

Total de pessoas cadastradas	63.157
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 85,00	15.314
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 85,01 e 170,00	10.023
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 170,01 e ½ salário mínimo	24.328
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	13.492

Fonte – Relatório de Informações – SAGI/MDS (outubro 2017)

Famílias cadastradas por bairro

BAIRRO	<u>CADASTROS</u>
ADHEMAR GARCIA	797
AMERICA	68
ANITA GARIBALDI	107
ATIRADORES	33
AVENTUREIRO	1824
BOA VISTA	566
BOEHMERWALD	644
BOM RETIRO	212
BUCAREIN	250
CENTRO	46
COMASA	1393
COSTA E SILVA	458
DISTRITO IND. NORTE	63
DONA FRANCISCA	3
ESPINHEIROS	441
FATIMA	1024
FLORESTA	494
GLORIA	81
GUANABARA	417
IRIRIU	600
ITAUM	575
ITINGA	680
JARDIM IRIRIU	1150
JADIM PARAISO	2045
JARDIM SOFIA	123
JARIVATUBA	767
JOAO COSTA	413
MORRO DO MEIO	896
NOVA BRASILIA	487
PARANAGUAMIRIM	2536
PARQUE GUARANI	545
PETROPOLIS	534
PIRABEIRABA	389
PROFIPO	167
RIO BONITO	244
SAGUACU	152
SANTA CATARINA	220
SANTO ANTONIO	63
SAO MARCOS	44
ULYSSES GUIMARAES	1119
VILA CUBATAO	232
VILA NOVA	689
TOTAL	23591

Fonte : Cadastro Único – junho 2017

Atualização cadastral

Total de Famílias com cadastro atualizado	16.259
Famílias com cadastro atualizado e renda per capita até ½ salário mínimo	11.403
Taxa de atualização do total de famílias cadastradas	0,74
Taxa de atualização cadastral até ½ salário mínimo	0,76
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	6.310
Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias	R\$ 1.142.186,00

Fonte – Relatório de Informações – SAGI/MDS (outubro 2017)

Quantitativo por Tipo de Benefícios

Benefício Básico (R\$ 77,00 por mês)	4.753
Benefícios Variáveis (R\$ 35,00 por criança ou adolescente com limite de 5 membros por família)	10.566
Benefício Variável Jovem – BVJ (R\$ 42,00 por adolescente entre 16 e 17 anos por mês, com limite de 2 membros por família)	1.214
Benefício Variável Nutriz – BVN (R\$ 35,00 mensais por criança durante 6 parcelas com limite de 5 membros por família)	326
Benefício Variável Gestante – BVG (R\$ 35,00 por mês com duração de até 9 meses)	187
Benefício de Superação da Extrema Pobreza – BSP (Este valor é variado e calculado de acordo a cada família para que a mesma ultrapasse o limite de renda da extrema pobreza)	2.993

Fonte – Relatório de Informações – SAGI/MDS (novembro 2017)

Comunidades tradicionais

Pescadores artesanais cadastradas	48
Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família	21
Famílias de Agricultores Familiares cadastradas	5
Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família	2
Famílias de preso do sistema carcerário cadastradas	45

Famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família	23
Famílias em situação de rua cadastradas	131
Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família	115
Famílias de Catadores de Material Reciclável cadastradas	135
Famílias de catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família	70

Fonte – Relatório de Informações – SAGI/MDS (outubro de 2017)

Índice de Gestão Descentralizada

Total de crianças e adolescentes das famílias do PBF no município	7.422
Cadastros de Famílias com Perfil CadÚnico até 1/2 salário mínimo	16.625
Estimativa total de famílias de baixa renda no município - perfil CadÚnico	18.225
Teto de repasse do IGD-M	65.154,38
Valor repassado no mês	28.922,84

Fonte – Relatório de Informações – SAGI/MDS (Setembro 2017)

Dados do Censo SUAS

Quantidade de CRAS no Censo 2008	4
Quantidade de CRAS no Censo 2009	4
Quantidade de CRAS no Censo 2010	5
Quantidade de CRAS no Censo 2011	5
Quantidade de CRAS no Censo 2012	6
Quantidade de CRAS no Censo 2013	6
Quantidade de CRAS no Censo 2014	6
Quantidade de CRAS no Censo 2015	6

Fonte – Relatório de Informações – SAGI/MDS

5 OBJETIVO GERAL

Implementar e executar a Política Nacional de Assistência Social no Município de Joinville, garantindo a oferta qualificada dos serviços, programas, projetos benefícios socioassistenciais às famílias em situação de vulnerabilidade e em risco pessoal.

ESPECÍFICOS

- Ampliar a cobertura das ofertas da política de assistência social para garantir seu caráter universal e as provisões socioassistenciais necessárias à integralidade da proteção;
- Manter e implementar ações e infraestrutura relacionadas a gestão do SUAS, da proteção Social Básica e Especial;
- Revisar as normativas do SUAS na perspectiva da ampliação de direitos socioassistenciais, de modo a assegurar atenções às diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios;
- Potencializar a integração e qualificação das Organizações da sociedade civil fortalecendo sua participação nas ofertas de Assistência Social;
- Ampliar e aprimorar as ações de capacitação e de formação com base nos princípios e diretrizes da Educação Permanente do SUAS;
- Aperfeiçoar a relação do SUAS com o Sistema de Justiça e com o Sistema de Garantia de Direitos;
- Favorecer a iniciativa social e a coletivização de demandas, como por exemplo, fomentar e dar apoio à organização, por iniciativa dos usuários, de cooperativas de trabalho e ampliar e consolidar a atuação da assistência social enquanto promotora da integração ao mundo do Trabalho;
- Integrar ações de assistência social e segurança alimentar a fim de garantir o acesso ao direito humano a alimentação adequada.

6 – DIRETRIZES E PRIORIDADES DELIBERADAS

- I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;
- II - descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo;
- III - financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- IV - matricialidade sociofamiliar;
- V - territorialização;
- VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;
- VII – controle social e participação popular.

7 AÇÕES, ESTRATÉGIAS, METAS E ESPAÇO TEMPORAL CORRESPONDENTES

Gestão

Ação	Estratégias	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Adequar a legislação Municipal a legislação do SUAS (Leis que regulam o sistema no município (Pacto de aprimoramento) *	Acompanhar a tramitação da Lei que dispõe sobre o SUAS no Município Organizar grupos de estudo para elaboração e sistematização dos serviços, programas e projetos	X	X	X	X
Estruturar a SAS com a formalização das áreas (Pacto de aprimoramento)	Compor a equipe para Gestão de benefícios e transferência de renda	X			
	Elaborar fluxos e procedimentos para a gestão dos benefícios eventuais e transferência de renda		X	X	X
	Elaboração e ou revisão Decretos regularizando benefícios	X			
	Criação e Implantação do Cartão Social	X			
	Reestruturar a Gerência de Planejamento para Gestão do SUAS (regulação, gestão do Trabalho e vigilância socioassistencial	X			
Implementar a pesquisa de satisfação dos	Elaborar cronograma de atividades	X	X	X	X

usuários (para além dos usuários atendidos pela rede privada cofinanciada)	Realizar ligações telefônicas ou visita nos serviços para aplicação do questionário Realizar a devolutiva aos serviços				
Fortalecer e aprimorar o apoio técnico a rede socioassistencial pública e privada	Manter atualizado o CNEAS/ CADSUAS Organizar grupos de orientação por oferta Realizar orientação individual e ou coletiva por demanda Monitorar a execução dos serviços, programas e projetos Adequar e qualificar as ofertas	X	X	X	X
Discussão participativa sobre fixação de 10% do orçamento anual para a Assistência Social *	Realizar estudo de viabilidade Monitorar a execução física financeira	X	X	X	X
Implementar Fórum intersetorial de integração dos serviços da Assistência Social, Educação, saúde, habitação, sociedade civil *	Constituir comissão para organizar e monitorar e avaliar os resultados	02	02	02	02
	Acompanhar o desenvolvimento do Sistema GMAS	X	X	X	X

Garantir sistema informatizado integrado entre as políticas públicas que propicie acesso aos prestadores de serviço da assistência social *	Realizar estudo de viabilidade para implementação da ação na rede socioassistencial e posteriormente com as demais políticas públicas		X	X	X
Autorização na Lei de aprovação do superávit do ano anterior via Decreto do poder Executivo*	Encaminhar a solicitação anualmente à Secretaria de Governo	LEI Nº 8.450, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências. Art. 38. Os recursos de superávit financeiro de exercícios anteriores, excesso de arrecadação e operações de crédito podem ser suplementados no exercício corrente, mediante Decreto do Executivo , obedecendo à vinculação conforme cada fonte de recurso	X	X	X
Criar e ampliar a construção de materiais e canais de divulgação, respeitando a especificidade do público*	Transmitir a informação por vários meios: libras, braile, etc, tornando-a acessível Realizar articulação junto a Secretaria de Comunicação do Município	X	X	X	X
Promover capacitação mediante o Plano de Educação Permanente*	Concluir o Plano de Educação Permanente	X			
	Executar as metas previstas	X	X	X	X

Fortalecimento dos Fóruns de Usuários e Fóruns de Trabalhadores do SUAS como atores de defesa da política de Assistência Social – controle social	Apoiar e incentivar as ações do CMAS relacionadas ao fortalecimento dos atores do SUAS	X	X	X	X
Produzir diagnósticos socioterritoriais participativos	Organizar o processo de coleta, tabulação e análise dos dados conforme a demanda pretendida	X	X	X	X
Redefinir os territórios de modo a aproximar as provisões dos cidadãos e ampliar o acesso a serviços e benefícios	Redefinir os territórios ampliando sua abrangência Realocar as equipes técnicas Descentralizar todos serviços ofertados Reestruturar os fluxos de atendimento	X	X	X	X

*** Deliberações da XI Conferência Municipal de Assistência Social - 2017**

Proteção Social Básica

Ação	Estratégias	Meta			
		2018	2019	2020	2021
	Realizar a busca ativa e acompanhamento de famílias cadastradas no Cadastro Único pelo PAIF	2%	2%	2%	2%
	Realizar a busca ativa e acompanhamento de beneficiários do BPC pelo PAIF	2,5%	2,5%	2,5%	2,5 %
	Inserir as famílias com beneficiários do BPC no CADÚNICO.	100%			

Implementar as ações do PAIF	Acompanhar pelo PAIF as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem outras vulnerabilidades sociais, para além da insuficiência de renda.	1%	1%	1%	2%
	Acompanhar pelo PAIF as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades.	3%	3%	3%	1%
	Acompanhar pelo PAIF as famílias com até ½ salário registrado no Cadastro Único.	220	220	221	221
	Acompanhar pelo PAIF as famílias com membros integrantes do BPC.	121	121	122	123
	Acompanhar pelo PAIF as famílias beneficiárias PBF.	460	460	460	461
Atingir o percentual de 50% de inclusão do público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	Busca ativa. Reuniões com a Unidade de Proteção de Média e Alta complexidade. Encaminhamentos para a rede socioassistencial referenciada.	10%	10%	15%	15%
Aprimorar a gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	Disponibilizar cadastradores em todos os territórios da PSB	09			
	Realizar encontros sistemáticos entre Gestor do PBF com Secretaria de Saúde e Educação	03	03	03	03
	Aumentar o percentual do IGD-M	X	0,80	X	0,85

Ampliar os equipamentos da Proteção Social Básica	Implantação de mais CRAS	03			
	Ampliação do número de servidores		X	X	X
Realizar encontros intersetoriais com a rede socioassistencial e demais políticas públicas dos territórios de CRAS	Articular com a liderança da comunidade Agendar reuniões Manter periodicidade	06	06	06	06
Promover o acesso dos usuários aos serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas por meio do Projeto ASSIM - Assistência Social Itinerante Municipal	Articular com associações, igrejas, grupos comunitários os órgãos governamentais, entre outros Promover ações de caráter educativo, acesso aos serviços e benefícios, lazer, etc Atendimento Social descentralizado	08	08	08	08
Implantar uma equipe para o Serviço de Cuidado no Domicílio (Incluir idosos e PCDs dependentes no CadÚnico através de visita domiciliar*)	Constituir a equipe			X	

Obs – Meta prevista no PPA é de 36.083 atendimentos/acompanhamentos.

Proteção Social Especial – Média Complexidade

Ação	Estratégias	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Fortalecimento da assessoria à Proteção Social Especial de Média Complexidade	Contratação de equipe técnica de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade.		X		
Fortalecer e implementar os	Ampliar em duas equipes o Serviço Especializado em Abordagem Social		X	X	

Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade ofertados nos CREAS e Centro Pop	Adequação do quadro de recursos humanos dos equipamentos / Serviços de acordo com a NOB RH (contratação com vistas à reposição e ampliação)		X	X	X
	Captação de recursos financeiros para implantação do equipamento de um novo CREAS na região Norte/Leste, que ofereça os serviços PAEFI e de Cumprimento de Medidas Socioeducativas	X	X	X	X
	Adquirir equipamentos e mobiliários para execução dos Serviços.	X	X	X	X
	Atualizar e revisar o manual da área administrativa	X			
	Construir o manual e revisar a metodologia de trabalho dos serviços.	X	X		
Implementar as ações estratégicas do PETI conforme deliberações da Comissão Intersetorial	Identificação e Cadastramento de Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho Infantil	X	X	X	X
	Desenvolver e divulgar o fluxograma de atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil para a rede de proteção à criança e adolescente	X	X	X	X
	Promover encontros para a qualificação de profissionais no reconhecimento do trabalho infantil	X	X	X	X
	Fomentar a inclusão da temática do trabalho infantil no Diagnóstico previsto pelo CMDCA	X	X		

	Realizar rodas de conversa com os alunos das escolas públicas e particulares sobre Trabalho Infantil, com a distribuição de materiais de divulgação		X	X	X
Implantar e implementar Centro Dia Para Idosos	Realizar parceria com a rede socioassistencial para a execução do Serviço		X	X	X
Equipagem e operacionalização dos serviços ofertados no Centro Pop e nos CREAS	Realizar Termos de Referências para aquisição de materiais permanentes	X	X	X	X
Efetivar a referência e contrarreferência integrando as proteções sociais básica e especial	Desenvolver e implementar os fluxos estabelecidos para o atendimento dos usuários e suas famílias	X	X		
Aprimorar e fortalecer a articulação intersetorial com as demais políticas públicas e o Sistema de Garantia de Direitos	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Pública para População em Situação de Rua: início em 06/05/2016, sob a coordenação da SAS	X	X	X	X
	Participação da SAS (Proteção Social Especial e Básica), na Comissão Intersetorial ACONCHEGAR, que trata do Protocolo de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual	X	X	X	X
	Comissão Intersetorial do PETI;	X	X	X	X
	Executar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo (PMASE)	X	X	X	X
	Participação no Comitê Gestor do Programa “Crack, é possível vencer”.	X	X	X	X
	Participação no Comitê Intersetorial da Secretaria da Saúde e de Assistência Social	X	X	X	X

Obs – Meta prevista no PPA é de 19.832 atendimentos/acompanhamentos.

Proteção Social Especial – Alta Complexidade

Ação	Estratégias	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Fortalecer e implementar o trabalho desenvolvido pela equipe de Assessoria à Alta Complexidade	Fortalecer as reuniões mensais contínuas com a rede governamental e não governamental de acolhimento de crianças e adolescentes de Joinville, buscando a articulação entre os serviços	X	X	X	X
	Desenvolver, aprimorar e/ou implementar os fluxogramas com os serviços de Creas / Centro POP e Alta Complexidade	X	X	X	X
	Complementar o Quadro de RH da Equipe de Assessoria à Alta Complexidade		X		
	Supervisão técnica às equipes dos serviços de alta complexidade no acompanhamento às famílias e na dinâmica dos serviços	X	X	X	X
	Articulação com a rede socioassistencial e o sistema de garantia de direitos	X	X	X	X
Implementar o Serviço de Acolhimento em Residência	Ampliação do número de vagas para acolhimento institucional de jovens e adultos com deficiência, com idade entre 18 a 59 anos, em situação de dependência com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos e que não dispõe de condições de autossustentabilidade e/ou retaguarda familiar temporária ou permanente	25%	25%	25%	25%

Inclusiva por execução indireta.	Desenvolver e aprimorar o fluxograma entre as Proteções Sociais Básica e Especial de Média Complexidade, a rede socioassistencial e o Sistema de Garantia de Direitos	X	X	X	X
Implementar e ampliar as vagas do Serviço de Acolhimento para idosos.	Ampliação do número vagas para acolhimento de idosos em situações de violência, negligência, com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos	25%	25%	25%	25%
	Desenvolver, aprimorar e/ou implementar o fluxograma entre as proteções sociais básica e Especial de Média Complexidade, a rede socioassistencial e o Sistema de Garantia de Direitos	X	X	X	X
Fortalecer e ampliar a modalidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.	Ampliação da equipe técnica para o Programa Família Acolhedora		X	X	X
	Ampliação do número de famílias acolhedoras	10	15	15	15
	Alterar a Lei 5.998/2007 com o objetivo de estender o atendimento aos PCDs e idosos			X	X
	Adequação orçamentária			X	X
Ampliação do número de vagas para acolhimento provisório de adultos, famílias, pessoas em situação de rua, desabrigo por abandono, migração e ausência de residência e sem condições de autossustento	Atendimento via execução indireta em Casa de Passagem ou abrigo institucional para a oferta de acolhimento	10	5	5	5
Fortalecer os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade de execução direta	Ampliação do quadro de recursos humanos dos equipamentos		X	X	X

Equipagem e operacionalização dos serviços ofertados nos equipamentos de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Realizar Termos de Referências para aquisição de materiais permanentes	X	X	X	X
--	--	---	---	---	---

Obs – Meta prevista no PPA é de 4.051 atendimentos/acompanhamentos.

Acesso ao Mundo do Trabalho

Ação	Estratégias	Meta			
		2018	2019	2020	2021
Fortalecer as ações do Acesso ao Trabalho	Fortalecer a articulação com os serviços e programas socioassistenciais Mobilizar, informar, orientar, encaminhar e acompanhar a trajetória do indivíduo no mundo do trabalho Intensificar busca ativa Aumentar o volume de oficinas de orientação e preparação dos usuários para o mundo do trabalho Mapeamento de oportunidades Aumentar numero de parcerias, não só em relação a cursos, mas também em relação a aprendizagem	1.800 pessoas (meta pactuada)	1.800 pessoas	1.800 pessoas	1.800 pessoas
	Incentivar e apoiar as cooperativas de reciclagem de Joinville	06	06	06	06
	Fomentar a Economia Solidária	X	X	X	X
	Fortalecer as ações da JOINCUBO	30 empreendimentos	50	70	100
	Fomentar a captação de vagas emprego	700	700	700	700

Promover a inclusão de usuários ao Mundo do Trabalho	Promover a recolocação dos trabalhadores ao mercado de trabalho	500	500	500	500
	Promover a inserção das PCDs em cursos e no mercado de trabalho	50	50	50	50
	Articular com os serviços da SAS para aumentar o encaminhamento dos usuários atendidos	15 reuniões	15 reuniões	15 reuniões	15 reuniões
	Participação no Conselho Municipal do Trabalho e Emprego	X	X	X	X
	Participação no Comitê Municipal de Aprendizagem	X	X	X	X

Obs – Meta prevista no PPA é de realizar 30.489 atendimentos.

Benefícios Eventuais

Lei nº 6816, de 15 de dezembro de 2010 que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social em Joinville.

Metas

Descrição (Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007) 2018 2019 2020	2018	2019	2020	2021
Auxílio Funeral	120	132	145	160
Auxílio natalidade	680	748	823	906
Calamidade Pública (auxílio moradia)	250	250	250	250
Vulnerabilidade Temporária Auxílio-Alimentação (cesta básica).	8.400	9240	9720	10692
Passagens	2.400	2.400	3.000	3.000
Vale-transporte	103.884	110.000	118.800	124.740
Auxílio Fotos	200	220	242	266
2ª via de documentos	4.300	4.730	5.203	5.723

8. Resultados e impactos esperados

- Ampliar a cobertura de atendimentos nos territórios de vulnerabilidade e risco social melhorando o acesso dos usuários aos serviços, contemplando todo município;
- Qualificar e constituir as equipes de referência conforme a NOB, potencializando os trabalhadores do SUAS;
- Promover a inserção dos usuários, prioritariamente em vulnerabilidade social, ao Mundo do Trabalho, visando a qualificação profissional e a geração de renda para o fortalecimento do protagonismo e da autonomia.

9. RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS

9.1 Recursos Humanos

Gestão - Disponíveis

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Administrador	4	-	0
Agente Administrativo	20	-	0
Ag. Serviços Gerais	6	-	0
Assistente Administrativo	2	-	0
Assistente Social	10	-	0
Auxiliar de educador	1	-	0
Contador	1	-	0
Cozinheira	1	-	0
Educador(Orientador Social)	1	-	0
Pedagogo	5	-	0
Psicólogo	1	-	0
Secretária Executiva	2	-	0
Telefonista	2	-	0
Condutor de Veículo	4	-	0
Operador de Cadúnico	13	-	0
Coordenador I	5	-	11
Coordenador II	1	-	2
Coordenador FG	9	-	0
Diretor Executivo	2	-	2
Gerente	2	-	5
Secretário	-	-	1
Total Geral	91		20

Gestão – Necessários

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Agente Administrativo	3	-	0
Assistente Administrativo	1	-	0

Assistente Social	2	-	0
Psicólogo	1	-	0
Condutor de Veículo	1	-	0
Técnico Contabilidade	1	-	0
Tecnólogo em sistema de informação	1	-	0
Estatístico	1	-	0
Sociólogo	1	-	0
Coordenador FG Regulação e Coordenador FG de Gestão de Benefícios	2	-	0
Total Geral	14	-	0

Proteção Social Básica

CRAS - Disponíveis

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Agente Administrativo	15	-	0
Assistente Administrativo	8	-	0
Assistente Social	20	-	0
Auxiliar de educador	3	-	0
Cozinheiro	7	-	0
Educador(Orientador Social)	27	-	0
Psicólogo	8	-	0
Condutor de Veículo	6	-	0
Coordenador FG	8	-	0
Pedagogo	1		
Terapeuta Ocupacional	2		
Agente Social	1		
Total Geral	106		

CRAS - Necessários

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Agente Administrativo	7	-	0
Assistente Administrativo	-	-	0
Assistente Social	8	-	0
Cozinheiro	6	-	0
Educador(Orientador Social)	9	-	0
Psicólogo	5	-	0
Pedagogo	1	-	0
Terapeuta Ocupacional	2	-	0
Coordenador FG	1		
Condutor de veículos	3		
Total Geral	33	-	0

Proteção Social Especial

Média complexidade (CREAS, Centro POP) – Disponíveis

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Agente Administrativo	7	-	0
Agente Serviços Gerais	1	-	0
Assistente Administrativo	3	-	0
Assistente Social	27	-	0
Auxiliar de educador	1	-	0
Cozinheiro	4	-	0
Educador(Orientador Social)	15	-	0
Pedagogo	3	-	0
Psicólogo	27	-	0
Terapeuta Ocupacional	2	-	0
Condutor de Veículo	6	-	0
Coordenador FG	4	-	0
Outros Professor	1	-	0
Total Geral	102	-	0

Alta complexidade

Abrigo Infante Juvenil - Disponíveis

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Agente Administrativo	1	-	0
Assistente Social	1	-	0
Cozinheiro	2	-	0
Educador(Orientador Social)	22	-	0
Pedagogo	0	-	0
Psicólogo	1	-	0
Condutor de Veículo	2	-	0
Coordenador FG	1	-	0
Total Geral	30	-	0

Casa Abrigo Viva Rosa e Famílias Acolhedoras - Disponíveis

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Agente Administrativo	1	-	0
Assistente Administrativo	1	-	0
Assistente Social	2	-	0
Cozinheiro	3	-	0
Educador(Orientador Social)	12	-	0
Pedagogo	1	-	0
Psicólogo	2	-	0

Condutor de Veículo	2	-	0
Coordenador FG	1	-	0
Total Geral	25	-	0

Média e Alta complexidade - Necessários

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Advogado	8	-	0
Assessor Jurídico	1	-	0
Assistente Administrativo	6	-	0
Agente Administrativo	10	-	0
Assistente Social	29	-	0
Cozinheiro	5	-	0
Educador(Orientador Social)	28	-	0
Pedagogo	18	-	0
Psicólogo	28	-	0
Terapeuta Ocupacional	9	-	0
Condutor de Veículo	8	-	0
Total Geral	150	-	0

Geração e Renda/ ACESSUAS - Disponíveis

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Agente Administrativo	12	-	0
Assistente Administrativo	2	-	0
Assistente Social	4	-	0
Administrador	1	-	0
Auxiliar de educador	1	-	0
Educador(Orientador Social)	2	-	0
Instrutor de cursos	4	-	0
Pedagogo	1	-	0
Psicólogo	3	-	0
Condutor de Veículo	1	-	0
Agente Operacional	1	-	0
Coordenador FG	1	-	0
Coordenador	0	-	3
Gerente	0	-	0
Diretor executivo	0	-	0
Total Geral	34	-	3

Geração e Renda/ ACESSUAS - Necessários

Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Agente Administrativo	03	-	-
Assistente Administrativo	-	-	-
Assistente Social	01	-	-
Administrador	01	-	-
Auxiliar de educador	-	-	-
Educador(Orientador Social)	-	-	-
Instrutor de cursos	01	-	-
Pedagogo	01	-	-
Psicólogo	01	-	-
Condutor de Veículo	-	-	-
Agente Operacional	-	-	-
Coordenador FG	-	-	-
Coordenador	-	-	-
Gerente	-	-	-
Diretor executivo	-	-	-
Total		-	-
Total Geral	08	-	-

Recursos Materiais Disponíveis e necessários

Gestão

Equipamentos	Disponíveis	Necessários
Gabinete, Administração, Planejamento, Controle Social e Conselhos Tutelares	32 apoio ergonômico, 27 ar condicionado, 77 armário, 45 arquivo, 13 balcão, 22 bancos, 2 balança, 7 bebedouro, 13 botijão de gás, 545 cadeiras, 19 caixa de som, 2 cafeteria, 13 câmera fotográfica, 8 carteira escolar, 73 CPU, 34 Desktop, 7 central telefônica, 2 cofre, 2 escada, 120 estabilizador, 79 estante, 2 estufa, 8 exaustor, 4 fogão, 3 micro-ondas, 1 forno elétrico, 7 freezer, 2 frigobar, 50 gaveteiro, 5 geladeira, 2 guarda volume, 4 GPS, 2 gravador de voz, 14 HD externo, 28 Hub Link, 10 impressora, 1 liquidificador, 21 longarina, 170 mesas, 49 monitor, 18 notebook, 14 persiana, 21 quadro, 11 roteador, 64 suporte geral, 14 tablet, 39	Computador, datashow, impressora multifuncional, notebook, TV, aparelho de Som , Caixa de Som com microfone, câmera digital, telefone, ar condicionado, calculadora, geladeira, freezer, forno elétrico, fogão, botijão de gás, purificador de água, cafeteira industrial, ventilador, móveis de escritório, materiais de expediente, veículos, entre outros que se fizerem necessários.

	teclado, 79 telefone, 3 TV, 53 ventiladores, 5 wereless, 2 projetor, 7 quadros, 2 relógio ponto, 2 tela de projeção	
--	---	--

Proteção Social Básica

Equipamentos	Disponíveis	Necessários
CRAS	10 aparelho DVD, 14 aparelho de som, 3 apoio ergonômico, 13 ar condicionado, 56 armário, 50 arquivo, 13 balcão, 7 bancos, 6 batedeiras, 6 bebedouros, 7 botijão de gás, 1150 cadeiras, 9 caixa de som, 1 caixa PVC, 8 câmera fotográfica, 24 cadeira escolar, 57 CPU, 11 desktop, 3 escada, 2 espremedor de fruta, 49 estabilizador, 104 estante, 1 estufa, 1 flip sharp, 13 fogão, 8 micro-ondas, 7 forno eletrico, 5 freezer, 29 gaveteiro, 14 geladeira, 4 guarda volume, 3 HD externo, 5 Hub Link, 8 impressora, 7 liquidificador, 8 lixeira, 9 longarinas, 12 maquina de costura, 303 mesas, 62 monitores, 11 mural, 11 notebook, 52 organizador, 3 persiana, 4 poltrona, 8 projetor, 43 quadro, 3 purificador, 4 relógio ponto, 6 roteador, 1 sanduicheira, 23 suporte geral, 1 tambor, 3 teclado, 3 tela de projeção, 36 telefone, 12 TV, 77 ventiladores, 5 violão, 1 centrífuga de frutas, 2 cofres, 41 carteira escolar, 1 emplastificadora, 1 filmadora, 3 GPS, 3 rádio, 1 torradeira.	Computador, datashow, impressora multifuncional, notebook, TV, aparelho de Som , Caixa de Som com microfone, câmera digital, telefone, ar condicionado, calculadora, geladeira, máquina de lavar, micro-ondas , forno elétrico, fogão, botijão de gás, liquidificador, batedeira, purificador de água, cafeteira industrial, ventilador, móveis de cozinha, mesas, cadeiras, materiais de expediente, entre outros que se fizerem necessários.

Proteção Social Especial – Média Complexidade

Equipamentos	Disponíveis	Necessários
CREAS e Centro POP	2 aparelho DVD, 4 aparelho de som, 7 apoio ergonômico, 14 ar condicionado, 56 armário, 25 arquivo, 2 antena, 1 balcão, 4 batedeira, 4 bebedouro, 6 banco, 3 botão de gás, 275 cadeiras, 1 carrinho de bebê, 3 central telefônica, 2 câmera fotográfica, 2 carteira escolar, 1 cafeteira, 7 CPU, 18 desktop, 1 escada, 20 estabilizador, 23 estante, 4 fogão, 5 forno de microondas, 4 forno elétrico, 11 gaveteiro, 6 geladeira, 4 guarda volume, 2 HD externo, 5 Hubs Link, 1 impressora, 1 lavador a jato, 3 liquidificador, 134 mesa, 24 monitor, 2 notebook, 1 organizador, 4 poltrona, 9 quadro, 4 purificador, 2 relógio ponto, 6 roteador, 2 sofá, 26 suporte geral, 12 telefone, 6 TV, 23 ventilador.	Computador, datashow, impressora multifuncional, notebook, TV, aparelho de Som, Caixa de Som com microfone, câmera digital, telefone, ar condicionado, calculadora, geladeira, máquina de lavar, microondas, forno elétrico, fogão, botijão de gás, liquidificador, batedeira, purificador de água, cafeteira industrial, ventilador, móveis de cozinha, mesas, cadeiras, materiais de expediente, entre outros que se fizerem necessários, inclusive na perspectiva de um novo CREAS.

Proteção Social Especial – Alta Complexidade

Equipamentos	Disponíveis	Necessários
Abrigo Infante Juvenil e Casa Viva rosa	2 aparelho DVD, 7 ar condicionado, 1 banheira, 14 arquivo, 23 armário, 1 baú, 7 balcão, 2 bancos, 3 batedeira, 1 bebedouro, 20 beliche, 7 berço, 7 botijão de gás, 132 cadeiras, 1 caixa de som, 4 cama, 11 carrinho de bebê, 1 centrífuga de frutas, 2 câmera fotográfica, 1 conjunto infantil, 29 colchão, 1 CPU, 6 cômoda, 1 container, 8 desktop, 4 escada, 2 espremedor de fruta, 9 estabilizador, 19 estante, 1 estufa, 1 exaustor, 4 ferro de passar, 4 fogão, 3 microondas, 3 forno elétrico, 2 freezer, 17 guarda roupa, 7 geladeira, 11 guarda volume, 1 GPS, 1 HD	Computador, datashow, impressora multifuncional, notebook, TV, aparelho de Som, Caixa de Som com microfone, câmera digital, telefone, ar condicionado, calculadora, geladeira, máquina de lavar, microondas, forno elétrico, fogão, botijão de gás, liquidificador, batedeira, purificador de água, cafeteira industrial, ventilador, móveis de cozinha, mesas, cadeiras, camas colchões, vestuário, materiais de expediente, entre outros que se fizerem

	externo,3 liquidificador, 1 máquina de costura, 47 mesas, 11 monitor, 4 máquina de lavar, 2 notebook, 3 organizador, 5 poltrona, 14 projetor, 12 quadro, 4 purificador, 1 relógio ponto, 2 roteador, 2 rádio, 6 suporte geral, 11 sofá, 6 toldo, 35 ventilador, 11 telefone, 5 TV, 5 ventilador.	necessários.
--	--	--------------

Geração e Renda

Equipamentos	Disponíveis	Necessários
	2 ar condicionado, 8 armários, 8 arquivos, 1 bebedouro, 60 cadeiras, 2 caixa de som, 2 camera fotográfica, 9 CPU, 3 desktop, 15 estabilizador, 1 frigobar, 1 gaveteiro, 2 geladeira, 1 lixeira, 11 máquina de costura, 36 mesas, 14 monitor, 4 notebook, 8 quadro, 1 purificador, 2 teclado, 13 telefone, 6 ventiladores, 1 balcão, 2 cadeira,19 estabilizador, 1 frigobar, 3 gaveteiro, 2 longarina, 5 mesa, 4 monitor, 1 quadro, 2 roteador, 4 telefone, 2 ventilador.	Ar condicionado de 27, 24 e 12.000 BTUS, computadores, mesas de escritório, cadeiras,

9.2 Recursos Financeiros Orçados

Ações	Exercício 2018	Exercício 2019	Exercício 2020	Exercício 2021
Despesas com Folha de Pagamento	38.385.080,00	42.057.280,00	46.096.700,00	50.540.062,00
Manutenção dos Processos Administrativos	4.215.671,50	4.392.399,87	4.579.165,97	4.776.901,38
Bloco de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	7.543.030,00	7.967.064,85	8.421.760,32	8.909.619,86
Bloco de Proteção Social Especial de	2.342.678,50	2.407.823,13	2.478.391,77	2.554.872,88

Média Complexidade				
Bloco de Proteção Social Básica	4.981.500,00	5.225.560,00	5.496.129,45	5.785.572,44
Segurança Alimentar	3.377.200,00	3.545.910,00	3.723.080,00	3.909.107,00
Emprego e Geração de Renda	696.000,00	311.500,00	337.100,00	364.998,00
Construção, Reforma e Ampliações	460.000,00	410.000,00	360.000,00	210.000,00
TOTAL GERAL	62.001.160,00	66.317.537,85	71.492.327,51	77.051.133,56

ANO	Planejamento Orçamentário do Município (em reais)	Orçamento da Assistência Social (em reais)	Percentual da Assistência Social em Relação ao Orçamento do Município
2018	2.850.000.000,00	62.001.160,00	2,18%
2019	3.021.000.000,00	66.317.537,85	2,20%
2020	3.202.260.000,00	71.492.327,51	2,23%
2021	3.394.395.600,00	77.051.133,56	2,27%
TOTAL GERAL	12.467.655.600,00	276.862.158,91	2,22%

Planejamento Orçamentário (em reais)

Secretaria Municipal de Assistência Social / Fundo Municipal de Assistência Social / Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência / Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional / Fundo Municipal dos Direitos da Mulher / Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente / Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.

DESPESAS DE CUSTEIO				
FONTE	2018	2019	2020	2021
0.1.00	54.591.165,00	59.148.314,35	64.324.580,46	69.982.537,26
0.1.31	194.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
0.1.34	5.000,00	5.250,00	5.512,50	5.788,13
0.1.64	5.000,00	5.250,00	5.512,50	5.788,13
0.2.06	41.400,00	43.500,00	45.700,00	48.000,00
0.2.09	400.000,00	420.000,00	441.000,00	462.900,00
0.2.35	4.546.265,00	4.546.265,00	4.546.265,00	4.546.265,00
0.2.65	416.060,00	416.060,00	416.060,00	416.060,00
TOTAL GERAL	62.001.160,00	66.317.537,85	71.492.327,51	77.051.133,56

DESPESAS DE CAPITAL				
FONTE	2018	2019	2020	2021
0.1.00	759.795,00	723.423,50	687.722,05	552.720,05
0.1.31	63.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00
0.2.09	200.000,00	210.000,00	220.500,00	231.600,00
0.2.35	213.035,00	213.035,00	213.035,00	213.035,00
0.2.65	566.440,00	566.440,00	566.440,00	566.440,00
TOTAL GERAL	1.802.270,00	1.726.898,50	1.701.697,05	1.577.795,05

TOTAL GERAL POR FONTE				
FONTE	2018	2019	2020	2021
0.1.00	55.350.960,00	59.871.737,85	65.012.302,51	70.535.257,31
0.1.31	257.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
0.1.34	5.000,00	5.250,00	5.512,50	5.788,13
0.1.64	5.000,00	5.250,00	5.512,50	5.788,13
0.2.06	41.400,00	43.500,00	45.700,00	48.000,00
0.2.09	600.000,00	630.000,00	661.500,00	694.500,00
0.2.35	4.759.300,00	4.759.300,00	4.759.300,00	4.759.300,00
0.2.65	982.500,00	982.500,00	982.500,00	982.500,00
TOTAL GERAL	62.001.160,00	66.317.537,85	71.492.327,51	77.051.133,56

Orçamento Anual de Repasse de Recursos do Governo Federal

PROJETOS ESPECIAIS	
AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PETI – AE PETI	104.100,00
APRIMORAMENTO DA REDE CNEAS	1.700,00
BPC NA ESCOLA – QUESTIONÁRIO APLICADO	17.700,00
ACESSUAS TRABALHO	417.400,00
IGD SUAS	77.800,00
IGD PBF	323.000,00
BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
ABRIGO INFANTO JUVENIL E CASA VIVA ROSA	868.000,00
BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	
CREAS E CENTRO POP	1.727.600,00
BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
CRAS	1.222.000,00
TOTAL GERAL DE REPASSES FEDERAIS	4.759.300,00

Orçamento Anual de Repasse de Recursos do Governo do Estado de Santa Catarina

BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
ABRIGO INFANTO JUVENIL E CASA VIVA ROSA	269.500,00
RESIDENCIA INCLUSIVA	61.800,00
BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	
CREAS E CENTRO POP	177.100,00
CENTRO DIA	247.200,00
BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
CRAS	165.500,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	61.400,00
TOTAL GERAL DE REPASSE ESTADUAL	982.500,00

10. COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

Equipamentos Públicos

Proteção Social Básica				
	06 CRAS	Programa Eco Cidadão	SRPB	CCI
2014	1.340 famílias acompanhadas	43 adolescentes	5.341 pessoas atendidas	132 idosos em SCFV
2015	1.332 famílias acompanhadas	48 adolescentes	2.327 pessoas atendidas	104 idosos em SCFV
2016	792 famílias acompanhadas	25 adolescentes	2.490 pessoas atendidas	130 idosos em SCFV
Proteção Social Especial Média Complexidade				
	3 CREAS	Medidas Socioeducativas	Abordagem Social	Centro POP
2014	1.221 famílias acompanhadas	207 adolescentes	Não havia o serviço	1.960 pessoas atendidas
2015	1.153 famílias acompanhadas	200 adolescentes	374 abordagens	2.262 pessoas atendidas
2016	1.139 famílias acompanhadas	213 adolescentes	487 abordagens	2.264 pessoas atendidas
Proteção Social Especial de Alta Complexidade				
	Criança e Adolescente	Mulheres		
2014	70 acolhidos	35 acolhidas		
2015	71 acolhidos	34 acolhidas		
2016	84 acolhidos	38 acolhidas		

Fonte – Vigilância socioassistencial/ 2014- 2015 - 2016

11 REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA

	Nome da Entidade	Serviços, Programas e Projetos	Nível de proteção	Público Alvo
01	Associação Água da Vida- Casa Lar Emanuel	Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes – Unidade Casa Lar.	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Crianças e adolescentes em situação de risco e/ou abandono.
02	Associação Beneficente Renascer	Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Mulheres gestantes e seus filhos menores de 18 anos.
03	Associação dos Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina - ABVESC	Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos com crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	Proteção Social Básica	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos
04	Associação de Amigos das Crianças do Lar Abdon Batista	Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes – Unidade Abrigo Institucional	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Crianças e adolescentes em situação de risco e/ou abandono
05	Associação de Amigos do Autista - AMA	Programa de Habilitação e Reabilitação para Pessoas com Deficiência na Proteção Social Básica	Proteção Social Básica	Pessoas com deficiência e suas famílias.
06	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joinville- APAE	* Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias em Unidade Centro Dia. * Programa de Habilitação e Reabilitação para Pessoas com Deficiência na Proteção Social Básica.	Proteção Social Especial de Média Proteção Social Básica	Pessoas com deficiência e suas famílias.
07	Associação de Síndrome de Down de	Programa de Habilitação e Reabilitação para Pessoas com Deficiência na	Proteção Social Básica	Pessoas com deficiência e suas famílias.

	Joinville - ADESD	Proteção Social Básica		
08	Associação Diocesana de Promoção Social - ADIPROS	Serviço de acolhimento institucional para idosos	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Idosos
09	Associação Essência de Vida	Serviço de Acolhimento Institucional para adultos e famílias na Modalidade de Atendimento em Unidade Institucional voltada para Pessoas em Situação de Rua	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Adultos sexo masculino
10	Associação dos Deficientes Físicos de Joinville - ADEJ	Programa de Habilitação e Reabilitação para Pessoas com Deficiência na Proteção Social Básica	Proteção Social Básica	Pessoas com deficiência e suas famílias.
11	Associação Ecos de Esperança	Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes – Unidade Casa Lar	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Crianças e adolescentes em situação de risco e/ou abandono
12	Associação Educativa Luterana Bom Jesus/IELUSC	Serviço de Assessoramento		Usuários, trabalhadores e entidades do SUAS.
13	Associação Joinvilense p/ Integração dos Deficientes Visuais - AJIDEVI	Programa de Habilitação e Reabilitação para Pessoas com Deficiência na Proteção Social Básica	Proteção Social Básica	Pessoas com deficiência e suas famílias.
14	Associação para Integração Social de Crianças e Adolescentes Especiais – APISCAE	- Programa de Habilitação e Reabilitação para Pessoas com Deficiência na Proteção Social Básica	Proteção Social Básica	Pessoas com deficiência e suas famílias.
15	Casa de Recuperação	Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e	Proteção Social Especial de Alta	Pessoas adultas em situação de rua de

	Padre Pio	Famílias – Unidade Casa de Passagem	Complexidade	ambos os sexos
16	Conselho Comunitário do Bairro Costa e Silva	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos	Proteção Social Básica	Idosos
17	Centro de Estudos e Orient. Da Família – CENEF	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos.	Proteção Social Básica	Idosos
18	Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE	Promoção da Integração ao Mercado de trabalho no campo da assistência social conforme resolução CNAS nº 33/ 2011.	Proteção Social Básica	Adolescente a partir de 14 anos e Jovens de 18 a 24 anos
19	Fundação 12 de Outubro	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para Idosos	Proteção Social Básica	Idosos
20	Fundação Pe. Luiz Facchini Pró Solidariedade e Vida	* Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	Proteção Social Básica	Crianças e adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade social.
21	Instituição Bethesda	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos.	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Idosos em situação de risco e abandono
22	Instituto Consulado da Mulher	Serviço de Assessoramento		Sociedade civil
23	Instituto de Reabilitação do Potencial Humano – IRPH	Programa de Habilitação e Reabilitação para Pessoas com Deficiência na Proteção Social Básica	Proteção Social Básica	Pessoas com deficiência e suas famílias.
24	Instituto Joinvillense de Educação e Assistência – Centro	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Proteção Social Básica	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos

	Educacional Dom Bosco			
25	Legião da Boa Vontade	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos	Proteção Social Básica	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos
26	Instituto Priscila Zanette	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e jovens de 15 a 17 anos Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes – Unidade Casa Lar – Unidade I - Com sede na Rua Sehnem, 44 – Bairro Saguacú, Joinville. Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes – Unidade Casa Lar – Unidade II - Com sede na Rua Pio XII, nº 457 – Bairro Bom Retiro, Joinville. Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência – Unidade Residência Inclusiva – com sede na Rua Capinzal, n. 459 - Saguacú	Proteção Social Básica Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e suas famílias. Crianças e adolescentes em situação de risco e/ou abandono. Jovens e adultos com deficiências em situação de dependência.

12 REDE SOCIOASSISTENCIAL PRESTADORA DE SERVIÇO – COFINANCIADA PELO MUNICÍPIO

Serviço	Qtidade OSC/OSCIPI	Vagas
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Crianças e Adolescentes de 6 a 17 anos	01	160
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Idosos	01	65
Programa de Habilitação e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e suas Famílias	07	258
Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias – Centro dia para PCDs	01	30
Serviço de acolhimento para pessoas idosas – Grau I	01	06
Serviço de acolhimento para pessoas idosas – Grau II		10
Serviço de acolhimento para pessoas idosas – Grau III		05
Serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes (Novembro/2017)	04	91
Serviço de Acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade de casa de passagem ou abrigo Institucional	01	05

Fonte – Gerência de Administração e Finanças e Gerência de Planejamento e Gestão – Novembro de 2017

13 EQUIPAMENTOS DAS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS

Saúde

Equipamento	Unidades	Nomenclatura
Hospitais	5	Hospital Municipal São José Hospital Regional Hans Dieter Schmidt Hospital Jeser Amarante Faria Hospital Bethesda Maternidade Darcy Vargas
PAs - Pronto Atendimento	3	PA 24h Leste Aventureiro PA 24h Itaum PA 24h Costa e Silva - Luiza Schultz Döhler
Prontos-Socorros Gerais (adultos, obstétricos, pediátricos)	5	Pronto Socorro do Hospital Municipal São José Pronto Socorro do Hospital Regional H. D. Schmidt Pronto Socorro do Hospital Bethesda

		Pronto Socorro da Maternidade Darcy Vargas Pronto Socorro do Hospital Jeser Amarante Faria
Unidades Básicas de Saúde	55	
Policlínica	1	Policlínica PAM Boa Vista Floresta Bucarein
Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST	1	
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS Infantil, CAPS CAD, CAPS Delírios e CAPS AD)	4	
Clínicas/Ambulatórios Especializados	7	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Tipo II, CEO Tipo III Centrinho Unidade Sanitária Vigilância Sanitária Vigilância Ambiental
Serviços Organizados de Inclusão Social - SOIS Núcleo de Assistência Integral ao Paciente Especial - NAIPE	1	

FONTE: SECRETARIA DA SAÚDE /CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE. CNES – BASE LOCAL, DEZEMBRO/2016

Educação

Unidades escolares por área

Rede	Área	Ed. Infantil 0 3 anos	4 a 5 anos	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total Rede*
Federal	Urbana	-	-	-	-	2	2
Estadual	Urbana	-	-	36	36	1	40
	Rural	-	-	-	-	-	-
Municipal	Urbana	60	63	63	-	-	126
	Rural	-	12	20	-	-	20
Particular	Urbana	111	116	29	19	10	135
	Rural	-	-	-	-	-	-
Total		171	195	148	55	13	323

Fonte - Secretaria Educação 2015

14. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Níveis de Proteção	Instrumentos	Periodicidade
Gestão	Reuniões	Trimestral
	Pesquisa de satisfação	Mensal
	Relatórios	Trimestral
	Diagnóstico dos trabalhadores do SUAS	Anual
Proteção Social Básica	Reuniões de Coordenação	Quinzenais
	Relatórios descritivos e quantitativos	Mensal
	Visitas às unidades	Quando necessário
Proteção Social Especial de Média Complexidade	Demonstrativo Físico Financeiro	Anual
	Planejamento estratégico	Bimestral
	Reuniões de Coordenação	Mensal
	Relatórios Qualiquantitativo	Mensal
	Visitas as unidades	Quando necessária
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Demonstrativo Físico Financeiro	Anual
	Planejamento estratégico	Bimestral
	Reuniões de Coordenação	Mensal

	Reuniões com a rede de acolhimento de crianças e adolescentes Relatórios da rede de acolhimento de execução indireta Visitas as unidades	Mensal Mensal Quando necessária
Geração de Emprego e Renda	Planejamento estratégico Relatório Qualiquantitativo Registro de mobilizações do ACESSUAS Relatório de produção SINE/IMO/CTPS	Bimestral Mensal Mensal Mensal

15. APROVAÇÃO DO CMAS

Parecer do Conselho Municipal de Assistência social – A Plenária validou o Parecer favorável da Comissão de Legislação, Normas e Financiamento aprovando as metas e ações propostas. Salaria a importância do acompanhamento das Comissões quanto ao monitoramento do Plano Municipal 2018 – 2021.
Data da assembleia de deliberação – 28 de novembro de 2017